

ecopolítica e a igreja católica no terceiro milênio: a conversão ecológica

*ecopolitics and the catholic church in the third
millennium : the ecological conversion*

Beatriz Scigliano Carneiro

Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Pesquisadora no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária). Contato: bscigliano@yahoo.com.

RESUMO:

A Igreja Católica contribuiu decisivamente com o dispositivo meio ambiente mediante a participação da Santa Sé em encontros transnacionais nos quais levava as posições doutrinárias da fé. Os Papas Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI responderam à ameaça que a crise ecológica traz para a vida no planeta, afirmando que o ser humano é guardião e responsável pela criação dada por Deus. A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco, de 2015, retoma as posições da Igreja frente ao meio ambiente e anuncia propostas para a necessária mudança de comportamento em relação à natureza, aos outros, a si mesmo e a Deus, focando, no caso dos cristãos, a exortação a uma 'conversão ecológica', a qual também serve de exemplo para os não cristãos e não crentes.

Palavras-chave: dispositivo meio ambiente, *Laudato Si'*, Igreja Católica, ecopolítica, conversão ecológica.

ABSTRACT:

*The Catholic Church decisively contributed to the 'environmental dispositif' through participation of Holy See in transnational meetings in which it carried the doctrinal positions of faith. Popes Paul VI, John Paul II, Benedict XVI responded to the threat that the ecological crisis brings to life on the planet affirming that the human being is a guardian and responsible for the Creation given by God. In the Encyclical Letter *Laudato Si'*, (2015), Pope Francis takes over the position of the Church towards the environment and announces proposals for the necessary changes in behavior in relation to nature, to others, to oneself and to God, focusing, in the case of Christians, a call for an "ecological conversion", which also could serve as an example for non-Christians and for non-believers.*

*Keywords: environmental dispositive, *Laudato Si'*, Catholic Church, ecopolitics, ecological conversion.*

CARNEIRO, Beatriz Scigliano (2015). Ecopolítica e a Igreja Católica no terceiro milênio: a conversão ecológica. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 12, mai-ago, pp. 13-69.

Recebido em 18 de julho de 2015. Confirmado para publicação em 16 de agosto de 2015.

O “terceiro milênio” só existe devido à modalidade de contagem do tempo feita pelo Império Romano para marcar a sucessão de seus dirigentes desde a fundação de Roma, e posteriormente, readequada para situar o nascimento de Cristo como o primeiro ano de uma nova era. Outros povos contam de maneiras diversas a passagem do planeta Terra em volta do Sol, ou do Sol pelo planeta, ou da Lua pela Terra, dependendo da perspectiva e interesse de cada cultura. Na China antiga estaríamos já no quinto milênio. Os muçulmanos precisarão esperar uns 500 anos para chegar ao ano 2001. Se os romanos não tivessem se convertido ao Cristianismo nós já estaríamos adiante uns 500 anos no terceiro milênio. O calendário de nossas agendas e folhinhas foi estabelecido pelo Papa Gregório XIII em 1582, depois de uma disputa por detalhes da contagem do tempo com o calendário juliano utilizado pela Igreja Cristã Ortodoxa que se separara da Igreja Católica Romana havia mais de 500 anos. Inicialmente, apenas os países católicos romanos adotaram o calendário gregoriano; e demorou 344 anos para que este se tornasse a referência oficial da passagem do tempo de quase todos os países¹, ao menos para atividades civis.

Com ou sem a convenção dos números de calendários, o tempo que vivemos marca-se por uma transformação nas formas de controle da vida da população que antes se efetivavam pelo governo de seus corpos, e também por intervenções em seu espaço, em seu meio, como por exemplo, aterramento de pântanos para se evitar os “miasmas” nocivos à saúde humana ou a retificação de rios para favorecer o transporte e a ocupação das margens. Hoje, com a produção de saberes sobre os modos pelos quais meio e população se imbricam, modos por assim dizer *ecológicos*, governa-se a relação da população estabelecida com

¹ A demora em se adotar oficialmente o calendário do Papa Gregório XIII no Ocidente deveu-se inicialmente ao predomínio do Protestantismo e da Igreja Cristã Ortodoxa em alguns países. O último Estado a adotar o calendário gregoriano foi a Turquia, em 1926. Hoje apenas cinco nações não o adotam: Vietnã, Nepal, Afeganistão, Etiópia e Arábia Saudita.

esse meio, dimensionado para o ambiente do planeta inteiro. A questão da ecopolítica consiste na segurança da vida no planeta, ameaçada por um ambiente que, em decorrência da própria atividade humana, parece hostil à vida que deveria sustentar.²

O discurso ambiental da Igreja Católica tem se mostrado decisivo nas iniciativas pela salvação do planeta — o ‘habitat’ da humanidade inteira — e contribuiu junto com as instituições transnacionais, como as Nações Unidas, para a construção do dispositivo meio ambiente, marca da passagem para a ecopolítica.³ A Carta Encíclica *Laudato Si'* inaugura uma frente de ação precisa nesse início de milênio, mas seu conteúdo geral não só já vinha sendo discutido dentro do Vaticano como fundamentava as posições da Santa Sé na questão do meio ambiente desde, pelo menos, a década de 1970.

Este artigo conta com três partes. Na primeira apresenta-se a Encíclica *Laudato Si'* e um pouco das controvérsias e da recepção desta em diversos setores católicos ou não. A seguir, mediante breve análise de alguns documentos dos Papas e da Santa Sé, mostra-se como a Igreja colaborou diretamente na construção do dispositivo meio ambiente. Para finalizar, retoma-se a proposta da conversão ecológica como uma estratégia de *re-evangelização* dos católicos, e talvez como exemplo para outros, através de uma transformação de si e da relação com o mundo.

Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum ou controvérsias antecedentes

Anunciada como a primeira encíclica voltada exclusivamente para a questão ecológica, uma grande expectativa precedeu a divulgação oficial

² Cf. http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/projeto_ecopolitica.html.

³ Sobre a construção do dispositivo meio ambiente, ver: Carneiro, 2012).

da Carta Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco.⁴ Alguns dias antes da data marcada para a divulgação oficial do esperado texto, uma versão vazou na imprensa italiana pela ação de setores conservadores da Igreja, segundo alguns analistas do Vaticano, tentando enfraquecer o impacto da mensagem. Segundo a imprensa, esta foi a primeira vez que uma carta papal vazou antes da data oficial do seu anúncio (Unisinos, 2015a).

As críticas ao documento vazado demonstraram a quem interessou a antecipação. Dentre os comentários mais lidos em sites conservadores católicos está o texto de Christopher Ferrara,⁵ advogado e escritor católico, intitulado *Pope Francis leaked encyclical: the good and the bad*. O autor comenta que, na Encíclica, o Papa defendeu *pontos positivos*: os direitos da vida embrionária, a família como célula base da sociedade, críticas ao consumismo e ao desperdício, a rejeição ao controle artificial da natalidade e ao aborto, e reafirmou a teologia católica. Entretanto, o Papa se comprometeu totalmente “com a narrativa da mudança climática”. Apoiou também “tais manifestos globalistas-secularistas como a Cúpula da Terra, a Convenção de Viena, o Protocolo de Montreal, (...) a Carta da Terra. (...) E pior! como temiam os Católicos preocupados, *Laudato Si'* cita o fracasso dos líderes mundiais em agir com decisão em relação à mudança climática e à desigualdade global e por isso, clama

⁴ As encíclicas papais surgiram de um hábito secular de troca de cartas ou ‘circulares’ sobre a doutrina entre os bispos. A partir do pontificado de Bento XIV (1740-1758), os Papas formalizaram dirigir uma carta aos bispos e a outros membros da Igreja, “como a forma mais pessoal e espontânea pela qual o Papa exerce seu ministério de Pastor universal. (...) As encíclicas não promulgam definições dogmáticas; abordam, sim, algum ponto doutrinário que esteja sendo mal entendido; propõem orientações em situação difícil, exaltam a figura de algum(a) Santo(a), procurando sempre fortalecer a vida cristã do povo de Deus. Embora não contenham definições infalíveis; as encíclicas merecem respeito e submissão, que levam a nada dizer ou escrever em contrário ao ensinamento de alguma encíclica” (Aquino, 2007).

⁵ Christopher Ferrara foi escolhido como um exemplo da posição conservadora nos Estados Unidos. Seu artigo foi um dos textos mais lidos no site que o publicou. Ferrara passou pelo Brasil, em Botucatu, em 2007, para uma conferência sobre o terceiro segredo de Fátima.

pela criação de autoridades globais com poderes executivos para se dirigir a essas supostas crises” (Ferrara, 2015). O artigo solicitou que o Papa alterasse os pontos que significassem uma “vitória dos fanáticos da mudança climática”, e concluiu: “Vamos esperar e orar para que amanhã vejamos que ele o fez” (Idem, ibidem). Os setores católicos resistentes ao Papa contam com influentes grupos nos Estados Unidos. Desde o início do seu ministério, Francisco tem causado desconfiança em setores conservadores. Antes do anúncio da encíclica, os temas controvertidos se referiam a questões de moral sexual. A mera possibilidade de evitar condenar espiritualmente os homossexuais anunciada pelo Papa ao dizer “*Quem sou eu para julgar?*” gerou rumores de um provável “cisma” dentro do catolicismo dos EUA (Moss, 2013). Uma parte dos bispos estadunidenses evitam temas sociais e ambientais, *prudência* atribuída à “*posição de seus ricos benfeitores*” que não admitem interferências em suas atividades econômicas em nome da proteção ambiental ou do combate ao aquecimento global (Unissinos, 2015b). Vários sites da ala contrária ao Papa publicaram críticas à Encíclica vazada ou reproduziram o artigo de Ferrara. Por outro lado, dentre os grupos que mais esperavam e apostavam na Encíclica nos EUA estavam cientistas de Harvard, Yale, MIT, pesquisadores das mudanças climáticas, cujos estudos não são considerados nas decisões políticas e tampouco influenciam a opinião pública.⁶

Acreditar que a mudança climática possa ser consequência de alguma ação humana e, portanto, passível de ser mitigada ou até evitada por alguma decisão humana acabou se revestindo de um caráter de *esquerda*, pois tal *crença* enseja a necessidade de uma intervenção política de um governo transnacional para evitar danos às populações. Em contrapartida,

⁶ Giovana Girardi. “Cientistas quase dão ‘graças a Deus’”. In: *O Estado de São Paulo*, 16 de junho de 2015, Caderno MetrÓpole, A16. Ver também: “Texto pode reverter resistências no debate climático”. In: *O Estado de São Paulo*, 19 de junho de 2015, Caderno MetrÓpole. p. A21.

o mero fato de desconfiar que a mudança do clima possa resultar apenas de fatores não humanos se associa à *direita*, à conduta dos conservadores definidos como aqueles que não querem interferências institucionais no direito à propriedade, na soberania dos Estados e na ‘liberdade’ do mercado. Como afirmou o Papa: “A lógica que dificulta a tomada de decisões drásticas para inverter a tendência ao aquecimento global é a mesma que não permite cumprir o objetivo de erradicar a pobreza” (Francisco, 2015: §175)⁷.

Desde o começo do ano de 2015, a Encíclica era esperada, como documento de apoio à posição da Santa Sé na Conferência Climática da ONU a ser realizada em Paris em dezembro. Em janeiro de 2015, em viagem ao Ceilão e Filipinas, o Pontífice anunciou que estava sendo elaborada uma encíclica com o tema ecologia (Gagliarducci, 2015). Explicou em entrevista durante a viagem a maneira pela qual o documento estava sendo elaborado:

O primeiro projeto foi feito pelo Cardeal Turkson [presidente da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz] com a sua equipe. Depois eu, com a ajuda de alguns, trabalhei nele. Em seguida, com alguns teólogos, fiz um terceiro projeto, enviando cópia à Congregação para a Doutrina da Fé, à segunda seção da Secretaria de Estado e ao teólogo da Casa Pontifícia, pedindo que o estudassem bem para não dizer ‘tolices’. (...). E agora vou reservar uma semana inteira de março para concluir. Creio que, no final de março, a encíclica estará concluída, passando-se às traduções. Penso que, se o trabalho de tradução correr bem (...) em junho ou julho poderá sair (Czerny, 2015).⁸

⁷ As referências às citações da encíclica são feitas assinalando-se o número do parágrafo correspondente e eventualmente o subcapítulo para facilitar ao leitor o acompanhamento da encíclica na versão eletrônica e para diferenciar citações do documento de citações de outras fontes. A versão eletrônica em português encontra-se em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html (consultado em 01/09/2015).

⁸ Entrevista completa do Papa disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/january/documents/papa-francesco_20150115_srilanka-filippine-incontro-giornalisti.html (consultado em 19/08/2015).

No mesmo período, gerentes da Agência de Proteção Ambiental dos EUA se encontraram com representantes do Vaticano para discutir a agenda do futuro Encontro Climático.⁹ “A posição da Santa Sé [no evento] está focada em dois tópicos-chave: a necessidade do desenvolvimento sustentável e o dever de proteger, (...) este definido”, segundo um especialista ambiental do Vaticano, “enquanto dever de proteger populações da guerra ou proteger a criação da exploração” (Gagliarducci, 2015).

Finalmente, em 18 de junho de 2015, a Santa Sé anunciou o documento papal, prontamente disponibilizado no site oficial, traduzido em oito línguas. Diversos vídeos foram veiculados no *Youtube* a partir da página do site.¹⁰ Versões impressas traduzidas começaram a circular pelas livrarias em várias partes do mundo. Sites católicos publicaram o texto, divulgaram resumos e comentários ¹¹, grupos de discussão e de ação a partir da encíclica foram criados, inclusive nos EUA. ¹²

As diferenças entre o texto vazado e o oficial foram apenas duas mudanças de expressão na *Oração pela nossa terra* ao final da Encíclica: *Altissimo Signori* passou a ser *Dio Onnipotente*, e *Padre dei Poveri*

⁹ A relação entre a doutrina ambiental católica e os princípios da lei ambiental estadunidense, conhecida como National Environmental Policy Act –NEPA, é abordada em Silecchia, 2004.

¹⁰ Como exemplo de um curto vídeo de divulgação: <https://youtu.be/1tYdOIqvpqg>

¹¹ Vídeo em português da apresentação da encíclica com um resumo dos capítulos Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/M12kNiqf5-Q?wmode=transparent&rel=0> (consultado em 18/08/2015). Outras notícias podem ser lidas ou vistas em: <http://www.news.va/pt> (consultado em 18/08/2015).Dentre os resumos comentados, destacamos o do Arcebispo do Rio de Janeiro: <http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2015/07/21/laudato-si-2/> (consultado em 18/08/2015).

¹² Destaque para o “Movimento Católico Global pelo Clima, pela Criação, pelos Pobres pelas futuras gerações”, reunião de 200 organizações católicas em torno da convocação do Papa para a defesa do planeta. Ver: <https://catholicclimatemovement.global/partners/> (consultado em 18/08/2015)

se tornou *Dio dei Poveri*.¹³ Essa oração foi proposta pelo Papa para compartilhar com “*todos quantos acreditam num Deus Criador Onipotente*” (Francisco, 2015: §246). A única alteração do documento vazado, a mudança de termos, enfatizou o compromisso da crença a Deus, sem eufemismos como *Senhor* ou *Pai*.

Relatos e comentários antes e depois da apresentação do documento reiteraram que este foi esperado como mensagem de um verdadeiro chefe de estado e líder político mundial com capacidade de estimular grandes acordos internacionais de salvação do planeta, especialmente em relação ao clima. Tomando-se aqui como referência os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, as manchetes principais de notícias e editoriais reproduzem as expectativas e os aspectos que mais se destacaram na leitura midiática: *Encíclica papal pede acordo sobre o clima*¹⁴; *O que Jesus Cristo faria sobre aquecimento global*¹⁵; *Encíclica verde une ecologia à justiça social*; *Texto pode reverter resistências no debate climático: Ecologia da libertação*; *Francisco e o planeta*; *Cientistas quase dão ‘graças a Deus’*¹⁶; *Papa responsabiliza ricos por problemas ambientais*; *Habemus papam ecologistum*; *O grito da terra*.

Alguns comentaristas não fizeram um questionamento direto, mas cobraram propostas “realistas”, e buscaram reduzir a Encíclica a simples repetição de fórmulas e propostas de ação ambientalistas ou utópicas:

¹³ Informação checada nos originais em italiano a partir de um adendo ao artigo supracitado de Christopher Ferrara (2015). A versão vazada do *Laudato Si'* (em italiano) pode ser consultada em: http://speciali.espresso.repubblica.it/pdf/laudato_si.pdf (consultado em 21/08/2015). A versão oficial (em italiano) encontra-se disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/it/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html (consultado em 21/08/2015).

¹⁴ In: *O Estado de São Paulo*, 16 de junho de 2015, Caderno Metrópole, A16.

¹⁵ Artigo do *The Economist* traduzido por A. Hubner. In: *O Estado de São Paulo*, 19 de junho de 2015, Caderno Metrópole, A21.

¹⁶ Giovana Girardi. “Cientistas quase dão ‘graças a Deus’”. In: *O Estado de São Paulo*, 16 de junho de 2015, Caderno Metrópole, p. A16.

“É bom que Francisco inclua [o aquecimento anormal da atmosfera] entre suas prioridades midiáticas, mas condicionar a solução ao retorno a uma comunhão mística com a natureza implica risco para um eventual consenso em Paris. [referência ao futuro encontro sobre o clima]”.¹⁷ Outros apontavam que a visão catastrófica do documento descrevia apenas as mazelas da degradação ambiental pela ação humana sem citar progressos na área. “Ao associar o uso de insumos modernos na agricultura apenas a seus efeitos tóxicos, a encíclica não faz justiça à segurança alimentar conquistada por recordes da produção.”¹⁸

As contestações diretas à Encíclica foram capitaneadas no Brasil pela Tradição Família e Propriedade (TFP). Em linhas gerais, os argumentos críticos à *Laudato Sí* se repetem entre os conservadores estadunidenses e os do Brasil. Citam-se a seguir alguns dos tópicos principais desses comentários comuns: as teses de aquecimento global e propostas de uma governança mundial presentes na encíclica são associadas às teses de esquerda, “misturando slogans ambientalistas de várias procedências”. O “cuidado com a criação” de Francisco contraria os valores estabelecidos na Bíblia de uma natureza que sirva à humanidade e pode ensejar um neopaganismo em que as criaturas estariam no mesmo nível do Homem. Não há crise ambiental nem as catástrofes anunciadas pelos ambientalistas, nem mesmo um aquecimento global causado pelo homem, pelo contrário, há progresso e melhoria do ambiente. “A Encíclica faz eco à teologia da libertação na questão ambiental”. Membros da TFP concluem que “o lobo vermelho sumiu (...) tingiu o pelo de verde. (...) infiltrou-se no Vaticano, onde tenta realizar seu tóxico sonho disfarçado de ambientalismo.”¹⁹

¹⁷ “Ecologia da Libertação” (Editorial). In: *Folha de São Paulo*, 20 de junho de 2015, Opinião, A2.

¹⁸ Evaristo de Miranda. “Habemus Papam Ecologistum”. In: *O Estado de São Paulo*, 25 de julho de 2015, Espaço Aberto, p. A 2.

¹⁹ As citações e as ideias principais foram tiradas de: *Análise sobre a repercussão da encíclica Laudato Si'*, conferência no Instituto Plínio Correa de Oliveira. Disponível

Outros argumentos conservadores questionam a ausência de um plano para salvar o cristianismo da crescente “*falta de fé*”²⁰, atribuída, entre outros fatores, à abertura às questões sociais e ao ecumenismo pelo II Concílio do Vaticano (1961-1965).²¹

Paul Vallely, biógrafo de Francisco, comentou logo após a divulgação do texto: “Ao baixar a poeira, depois do vendaval que acompanhou a publicação da encíclica, um exame mais detalhado do documento revela que o Papa nela implantou estratégias para rebater os ataques. *Laudato Si'* acaba por ser um dos documentos mais perspicazes emitidos pelo Vaticano (...). Revelou Papa Francisco como um político ardiloso e sofisticado de primeira grandeza” (Vallely, 2015).

As referências para a elaboração de *Laudato Si'*, por sinal, a primeira Encíclica totalmente concebida e elaborada por Francisco²², incluem relatórios de conferências dos bispos de nações católicas ao redor do planeta. Segundo o teólogo brasileiro Leonardo Boff, “não se pode passar por alto o fato do Papa valorizar as contribuições das inúmeras conferências nacionais e continentais, das mais poderosas, como as do EUA, até a mais singela, como a do Paraguai ou da Patagônia. Aqui se mostra o sentido da colegialidade que o Papa diz querer reanimar” (Boff, 2015a). A questão ambiental do planeta foi tratada pela perspectiva da “ecologia integral”, sendo isso, conforme apontado por Boff, o “ponto

em: <http://ipco.org.br/ipco/noticias/analise-sobre-a-repercussao-da-enciclica-laudato-si#.VbS1lvnrzIU> (consultado em 20/08/2015). Uma versão com trechos transcritos encontra-se em: <http://ipco.org.br/ipco/noticias/palestras-sobre-ambientalismo-e-a-recente-enciclica-do-papa-francisco> (consultado em 20/08/2015).

²⁰ “Pope calls for action to ‘save the planet’; silent on saving the faith”. (O Papa clama por ação para ‘salvar o planeta, silencia em salvar a fé). Disponível em: <http://catholictruthblog.com/2015/06/> (consultado em 18/07/2015).

²¹ Nesse grupo estaria Christopher Ferrara.

²² A Encíclica anterior do Papa Francisco, *Lumen fidei*, fora quase integralmente elaborada por seu antecessor, Bento XVI. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20130629_enciclica-lumen-fidei.html (consultado em 18/08/2015).

central da construção teórica e prática [do Papa] acerca da ecologia (...) A visão da ecologia integral é sistêmica, integra todas as coisas num grande todo dentro do qual nos movemos e somos” (Idem). Na avaliação de Boff, “a absoluta novidade consiste em que a encíclica assume o novo paradigma contemporâneo segundo o qual tudo forma um grande todo com todas as realidades interconectadas, influenciando-se umas às outras. Isso faz superar a fragmentação dos saberes e confere grande coerência e unidade ao texto. Nem a ONU produziu um texto desta natureza” (Idem).

***Laudato Si’*. A encíclica.**

Laudato Si’ conta com seis capítulos, precedidos de 16 parágrafos introdutórios, e encerra-se com duas orações, uma para compartilhar com todos os que creem num Deus Onipotente e outra para os católicos.²³ Seu título é a frase inicial do Cântico das criaturas em que São Francisco de Assis manifestava não apenas um laço fraterno com a irmã terra, mas uma gratidão por ela sustentar e conduzir as pessoas. Gratidão e amor que cederam lugar ao atual “uso irresponsável” pela humanidade, provocando-lhe o mal (Francisco, 2015: §2).

A encíclica tem uma característica inédita: “à vista da deterioração global do ambiente, eu quero dirigir-me a cada pessoa que habita neste planeta” (Francisco, 2015: §3). O Papa convida, usando a primeira pessoa do singular, a *todos* para dialogar sobre os problemas sócio ambientais, mesmo as pessoas “tentadas a pensar que aquilo que está a acontecer não é verdade” (§59) e aquelas que “rejeitam a ideia de um Criador ou consideram-na irrelevante” (§62). As encíclicas anteriores foram dirigidas

²³ Um resumo da encíclica divulgada pela Radio Vaticana encontra-se em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543659-laudato-si-um-qguiaq-para-a-leitura-da-enciclica-a-integra-do-texto>

Há um guia de leitura para discussão coletiva disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/544102-um-guia-de-leitura-para-a-laudato-si>

ao clero, estendidas aos fiéis católicos, e a partir de *Pacem in Terris* (1963), de João XXIII, também, às ‘*personas de boa vontade*’. Dentre os recentes grandes documentos da Igreja, apenas a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que apresenta os resultados do II Concílio, dirigiu-se a *todos os homens* com o intuito de “expor-lhes o seu modo de conceber a presença e atividade da Igreja no mundo de hoje”.²⁴

Por sua vez, ao abrir o diálogo com *todos* habitantes da *casa comum*, o Papa clama por ações e compromissos, não apenas da parte dos católicos. O ensinamento contido em *Laudato Si'*, em um sentido amplo, visa contribuir com o necessário “esforço de renovar a humanidade” trazendo “a grande riqueza da espiritualidade cristã, proveniente de vinte séculos de experiências pessoais e comunitárias” (Francisco, 2015: §216).

O primeiro Capítulo: “O que está acontecendo com nossa casa” fornece um diagnóstico da crise ecológica atual com base “nos melhores frutos da pesquisa científica atualmente disponível” (Francisco, 2015: §15). Ciência e valores, religiosos ou não, unem-se, a pesquisa científica fornece “uma base concreta ao percurso ético e espiritual seguido” (Francisco, 2015: §15). Outros saberes são também considerados na busca por soluções, as quais “não podem vir de uma única maneira de interpretar e transformar a realidade” (Francisco, 2015: §63). O diagnóstico sobre a crise ecológica trata não apenas do clima e da poluição atmosférica, como parte da imprensa alardeou como central no documento, mas destaca também a perda da biodiversidade, a questão da água — elementos do “bem comum”—, associando-as às situações de degradação da vida social e da qualidade da vida humana, às guerras, às migrações forçadas e à miséria. Aponta como constituintes da crise a indiferença ao meio ambiente, um *ecologismo* de aparência, *superficial e irresponsável* (Francisco, 2015: §59) e, principalmente, “a fraqueza da

²⁴ Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, (§2). Disponível em http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html

reação política internacional”. “Hoje não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça [grifo nosso] nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra quanto o clamor dos pobres” (Francisco, 2015: §49 – grifo nosso) Constata-se uma enorme desigualdade planetária, que “obriga a pensar numa ética das relações internacionais” (Francisco, 2015: §51) e na “*dívida ecológica*” entre os países mais ricos e o mais pobres em torno da espoliação dos recursos naturais, exportação de resíduos, aquecimento da atmosfera, entre outros elementos. “É preciso revigorar a consciência de que somos uma única família humana” (Francisco, 2015: §52).

A descrição inicial da crise ambiental no primeiro capítulo da Encíclica tende a uma visão catastrófica da realidade, muito comum em diagnósticos sobre a situação do planeta desde o final dos anos 1960 “quando a crise ambiental deixou de ser uma crise silenciosa”, e manifestava uma “síndrome do apocalipse” (McCormik, 1992: 80). Entretanto, a Encíclica logo se afasta do clima apocalíptico: reconhece exemplos de ações pontuais de “melhoria do ambiente”, como obras de saneamento e recuperação de florestas, e principalmente uma maior “consciência mundial” dos problemas e o crescimento da “sensibilidade ecológica das populações” (Francisco, 2015: §55), que, apesar de ainda incipientes, indicam a esperança de mudanças de rumo.

Dirigido especialmente para os cristãos e outros crentes, o segundo capítulo, “O Evangelho da criação”, reafirma os princípios da chamada tradição judaico-cristã sobre o ser humano e a criação mostrando as “altas motivações para cuidar da natureza e dos irmãos e irmãs mais frágeis” (Francisco, 2015: §64). Servem de base para um diálogo com todos que buscam cuidar do ambiente onde vivem. Em linhas gerais, destacam-se aqui alguns aspectos das convicções de fé católica. Como parte de um grande projeto de amor, Deus criou o homem à sua imagem,

e o convidou a ‘dominar’ a terra e os seus frutos que lhe foram dados, no sentido de cultivá-los e guardá-los com responsabilidade sem espoliá-los e destruí-los como tem ocorrido. Cada criatura tem sua importância perante Deus, mas a natureza não é uma divindade, nem se iguala ao ser humano. Além disso, como Deus criou o mundo para todos os seres humanos e há uma grande desigualdade no acesso aos recursos, “a abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos”(Francisco, 2015: §93).

No Capítulo III, “A raiz humana da crise ecológica”, os fatores humanos da crise são basicamente: o “paradigma tecnocrático dominante”, o antropocentrismo moderno e a ausência de cuidado pelas coisas criadas por Deus. O ser humano se colocou no centro do mundo, “dando prioridade absoluta a seus interesses contingentes, e tudo o mais se tornou relativo e irrelevante” (Francisco, 2015: §122). Desde os primórdios da Criação há uma ruptura do Homem com o plano divino, gerando o pecado original. “A harmonia entre o Criador e a humanidade e toda a criação foi destruída por temos pretendido ocupar o lugar de Deus, recusando reconhecer-nos como criaturas limitadas” (Francisco, 2015: §66). Recentemente, a tecnologia teria dado ao homem grande poder para superar seus condicionamentos materiais e limites, o que pareceu reforçar a autonomia criadora do homem em relação a Deus. Entretanto, o “imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores e à consciência” (Francisco, 2015: §105).

O problema se agravou, pois a técnica tende a expandir em tudo a sua lógica na qual predomina a noção de que as coisas, inclusive a natureza, são meros objetos separados da humanidade, passíveis de serem despojados até o esgotamento. O ser humano sempre interveio na natureza, mas suas atividades acompanhavam o que as próprias

coisas lhe ofereciam. Entretanto, nos últimos duzentos anos, extrai-se o máximo das coisas mediante a técnica que “tende a esquecer a realidade própria que está à sua frente” (Francisco, 2015: §106) Na economia, o paradigma tecnocrático impõe o lucro como meta, e o crescimento do mercado como solução. A vida se submete, portanto à técnica, gerando degradação ambiental, “ansiedade, perda do sentido da existência” (Francisco, 2015: §110).

“Tudo está intimamente relacionado”, a doutrina católica da Criação encontra-se com a chamada *ecologia integral* no Capítulo IV, sobre cujos elementos — meio-ambiente, cultura, economia, sociedade — o Papa convida para uma reflexão: “A análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesmo, que gera um modo específico de se relacionar com os outros e com o meio ambiente” (Francisco, 2015: §141). A ecologia social inclui as instituições e regulamentos, que passam pela vida das pessoas, das comunidades, chegando até as relações internacionais (Francisco, 2015: §142). A ecologia envolve também o cuidado com o patrimônio cultural da humanidade, não apenas os monumentos, mas a cultura viva. “O desaparecimento de uma cultura pode ser tanto ou mais grave do que o desaparecimento de uma espécie animal ou vegetal. A imposição de um estilo de vida hegemônico ligado à um modo de produção pode ser tão nocivo como a alteração de ecossistemas” (§145). Há também uma ecologia do cotidiano, do espaço onde as pessoas passam suas vidas, da casa ao meio urbano, e que criam laços comunitários, um sentido de *pertença* e expressão de identidade (Francisco, 2015: Item 3. “Ecologia da vida cotidiana”) “A ecologia humana é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social” (Francisco, 2015: §156). O bem comum inclui as gerações futuras, dentro da lógica do dom gratuito. O criador nos deu a

terra e a natureza, “não podemos pensar apenas a partir de um critério utilitarista de eficiência e produtividade para lucro individual (...) é uma questão essencial de justiça, pois a terra que recebemos pertence também àqueles que não de vir” (Francisco, 2015: §159) O princípio do bem comum, cerne da noção de ecologia integral, demanda um apelo direto à solidariedade e a opção pelos pobres (Francisco, 2015: §158), “exige-se ter consciência de que é a nossa própria dignidade que está em jogo” (Francisco, 2015: §160)

No capítulo seguinte: “Algumas linhas de orientação”, o Papa apresenta os cinco principais caminhos do diálogo aberto pela Encíclica, para “que nos ajudem a sair da espiral de autodestruição onde estamos afundando” (Francisco, 2015: §163).

O primeiro seria o diálogo sobre o meio ambiente na política internacional. Desde o século passado, consolidou-se a percepção do planeta como uma casa comum para a humanidade, e a questão ambiental entrou na pauta de amplo debate planetário. No entanto, as cúpulas mundiais sobre o meio ambiente não lograram implantar totalmente seus acordos, pois há países que privilegiam seus interesses em detrimento do bem comum da Terra (Francisco, 2015: §169) “A lógica que dificulta a tomada de decisões drásticas para inverter a tendência ao aquecimento global é a mesma que não permite cumprir o objetivo de erradicar a pobreza” (Idem, *ibidem*). Desde São João XXIII, a Igreja tem solicitado a presença de uma “*Autoridade política mundial*” efetiva para prevenir desequilíbrios planetários (Francisco, 2015: §175). “Em definitivo, precisamos de um acordo sobre os regimes de governança para toda a gama dos chamados bens comuns globais” (Francisco, 2015: §174). O segundo caminho seria o diálogo para se estabelecer novas políticas nacionais e locais. Há “*vencedores e vencidos*” dentro dos países pobres e por isso deve se prestar atenção para as políticas locais e a função das instituições estatais e do Direito no estabelecimento de limites e no

incentivo a “*boas práticas*” socioambientais, orientados pelo bem comum em longo prazo, sem imediatismos. O terceiro caminho seria o amplo debate e transparência nos processos decisórios a respeito de projetos com probabilidade de gerar impactos socioambientais. O quarto diálogo deveria ocorrer entre economia e política para a “*plenitude humana*”. Ambas devem se colocar a serviço da vida humana. A sugestão do Papa seria a de repensar o ritmo do crescimento econômico e inclusive desacelerar o consumo e a produção para que surjam outros modos de crescimento econômico (Francisco, 2015: §191). Esse seria o momento de reduzir o consumo que se mostrou insustentável, em algumas partes do mundo, para que os recursos sejam utilizados para um crescimento de outras mais pobres (Francisco, 2015: §193).

Não é suficiente conciliar, a meio-termo, o cuidado da natureza com o ganho financeiro, ou a preservação do meio ambiente com o progresso. Neste campo, os meios-termos são apenas um pequeno adiamento do colapso. (...) muitas vezes o discurso do crescimento sustentável torna-se um meio de distração e de justificativas que absorve valores do discurso ecologista dentro da lógica da finança e da tecnocracia, e a responsabilidade social e ambiental das empresas reduz-se, na maior parte dos casos, a uma série de ações de publicidade e imagem (Francisco, 2015: §194)

À política caberia a discussão da lógica atual que tem impedido a orientação ao bem comum. Por fim, a quinta via do diálogo seria o da ciência com a religião e também entre as religiões acerca dos princípios éticos da efetiva conduta humana. Há um apelo a todos os crentes para que “não contradigam sua fé com suas ações (...) que se abram de novo à graça de Deus e se nutram profundamente das próprias convicções sobre o amor, a justiça e a paz” (Francisco, 2015: §200).

O fundamento da avaliação da crise ecológica (Capítulo III), da noção de ecologia integral (Capítulo IV) e dos caminhos dos diálogos possíveis para elaboração de linhas de ação (Capítulo V) encontra-se nas

“convicções católicas de fé” e nos “compromissos ecológicos que delas brotam” (Francisco, 2015: §64). A função da ciência foi concretizar a constatação de uma realidade a ser enfrentada pelo fiel católico, pelos crentes em geral, e também por todos habitantes da *casa comum*, com ou sem “boa vontade”. Mas o que traz a força necessária para uma grande transformação planetária a ser efetivada pelos seres humanos é a fé.

“Antes de tudo é a humanidade que precisa mudar” (Francisco, 2015: §202). Esta é frase inicial do último capítulo “Educação e espiritualidade ecológicas”. Para que surja um outro estilo de vida e um novo comportamento de cada um, é preciso “uma consciência de uma origem comum, de uma recíproca pertença e de um futuro partilhado por todos” (Francisco, 2015: §202). O Papa reitera o convite a uma mudança de comportamento para inaugurar “um novo início”, tal como expresso na *Carta da Terra* (Francisco, 2015: §207), o amplamente divulgado documento laico para uma ética planetária.²⁵ Para isso, é preciso que cada um deixe de se autorreferenciar, aceite os limites impostos pela realidade e saia de si mesmo em direção ao outro (Francisco, 2015: §204 e 208). O paradigma tecnoeconômico criou para si um sujeito consumista que acredita que ser livre é consumir o que o mercado lhe oferece e lhe convence a possuir, sem perceber que está sendo levado a tal por estratégias de marketing e sem dar conta de que apenas uma minoria pode fazê-lo (Francisco, 2015: §203).

Há certamente uma maior sensibilidade ecológica do que há algumas décadas.

A educação ambiental tem vindo a ampliar seus objetivos. (...) agora tende a incluir uma crítica dos ‘mitos’ da modernidade baseados na razão instrumental (individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem regras) e tende também a recuperar os distintos níveis de equilíbrio ecológico: o interior

²⁵ Carta da Terra. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf (consultado em 01/09/2015).

consigo mesmo, o solidário com os outros, o natural com todos os seres vivos, o espiritual com Deus (Francisco, 2015: §210).

Mas não basta educar para criar o “cidadão ecológico”, cumpridor das normas e das leis, é preciso investir em uma “transformação pessoal”, em novas condutas em relação ao outro e à natureza (Francisco, 2015: §211) “Devemos fazer a experiência (...) de uma mudança do coração” (Francisco, 2015: §218).

“A crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior” (Francisco, 2015: §217). Nestes trinta últimos parágrafos encontra-se a principal exortação do Papa aos católicos que também serve como exemplo e contribuição da espiritualidade cristã a todos habitantes da casa comum: “a conversão ecológica”. Sem uma transformação interior das convicções frente ao meio ambiente e a consequente mudança exterior das práticas do dia a dia não se ataca as causas da crise, apenas os sintomas.

Laudato Si' não se preocupou em trazer um conteúdo inédito, o intuito maior foi de contribuir para “o esforço de renovar a humanidade” com seus [da Igreja] “vinte séculos de experiências pessoais e comunitárias” (Francisco, 2015: §216). Os documentos do Vaticano não têm uma intenção de mostrar a originalidade de seus autores, mas reafirmar doutrinas apresentadas em textos e posições anteriores deslocando-as para a questão enfrentada na ocasião, algumas vezes de maneira totalmente nova. Importa como os conteúdos estão organizados e qual a meta do documento dentro de uma estratégia que visa ligar a vida à doutrina e comunicar a fé: a catequese.

As metas do documento elaborado pelo Papa com auxílio de uma equipe e as referências que vinham de experiências do dia a dia de diversas localidades trouxeram aspectos novos à própria reafirmação da doutrina católica.

Igreja católica e o dispositivo meio-ambiente

Meio ambiente não se reduz a um conceito definido, a uma categoria de pensamento ou a novo objeto de intervenção por políticas institucionais, mas funciona como um dispositivo (Carneiro, 2012). Um dispositivo reúne elementos heterogêneos, produz verdades a partir dos elementos que agrupa, institucionaliza comportamentos, molda e modula subjetividades e comportamentos e, principalmente, consiste em uma resposta estratégica a questões urgentes (Foucault, 2001a: 298-300). Descrever o funcionamento dos dispositivos possibilita uma análise das forças envolvidas. No caso, diversos problemas inicialmente dispersos e amplamente denunciados por movimentos sociais e meios de comunicação desde meados do século passado foram reunidos na construção do dispositivo meio ambiente: poluição no ar, no solo, na água e doenças da população humana resultantes de atividades econômicas e contaminações por poluentes, desastres e impactos na natureza redundando em extinção de espécies, desertificação, má distribuição dos recursos naturais e desigualdades sociais.

Uma das questões que impulsionaram a problematização do *habitat* humano demandando respostas e equacionamentos surgiu da percepção de que a tecnologia e o conhecimento científico, no século XX, teriam se voltado contra a vida humana. O impacto da explosão de bombas atômicas no Japão acionou um alerta à fragilidade do meio, suscetível também a contaminações silenciosas. Com o saber ecológico fundado na ciência biológica, os efeitos das ações humanas no meio ambiente natural puderam ser analisados e avaliados com maior precisão. A crítica ecológica tornou-se então um meio de se contrapor à industrialização, à tecnocracia e, principalmente, ao espectro de uma destruição da humanidade com armas químicas e nucleares e pelos efeitos de contaminações diversas. As questões referentes à poluição e à destruição do meio ambiente,

avaliadas em uma perspectiva planetária, entraram na pauta dos debates mundiais. Antes dessa movimentação social e institucional dos anos 1970, o meio ambiente como hoje aparece não “existia”, havia uma convenção que dispunha a natureza de um lado, e recursos naturais dentro da economia, problemas de contaminação no meio humano e natural, populações pobres de outro lado, mas sem uma estratégia que os reunisse em um mesmo conjunto de elementos.

Logo no primeiro encontro internacional organizado pelas Nações Unidas para iniciar a discussão do tema — a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972 —, a pobreza foi definida como um dos piores resultados dos impactos das atividades econômicas e bélicas no meio humano. Inicialmente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano foi considerada por dirigentes de nações *subdesenvolvidas* uma iniciativa de Estados desenvolvidos no sentido de coibir o crescimento econômico e populacional dos demais a pretexto de medidas contra a chamada deterioração do ambiente e poluição.

As discussões começaram alguns anos antes do evento e levaram a que se considerasse como decisiva a interligação do meio ambiente à economia. A partir desse acontecimento em Estocolmo, o meio ambiente se consolidou como um dispositivo ao reunir natureza e meio humano, ao integrar a ecologia e também a economia entre seus elementos constitutivos, ao relacionar pobreza como efeito da poluição e da devastação da natureza, ao identificar a desigualdade social com limitações ao acesso a recursos que necessariamente consistem em bens comuns, ao incorporar mobilizações e produção regular de saberes específicos.

Dentre as discussões sobre a crise ecológica, buscava-se também as raízes culturais ou morais da destruição do meio natural. Em 1967, em um artigo publicado na revista *Science*, “*The Historical Roots of our ecological Crisis*”, muito divulgado entre os movimentos ambientais,

especialmente os do hemisfério norte (ver, por exemplo: Johnston, 2013: 75-76), o historiador medievalista Lynn White apontava que as raízes da crise ecológica estavam na vitória do cristianismo sobre o paganismo, implicando vitória do antropocentrismo. O paganismo considerava os elementos naturais como divindades e, assim, estimulava o respeito pela natureza. Por sua vez, a doutrina cristã havia situado a natureza como a parte da criação de Deus destinada a ser dominada e explorada pelo ser humano, este sim criado conforme a imagem divina. Essa interpretação teria feito com que no Ocidente, segundo White, toda técnica e saber fossem destinados ao progresso por meio do uso intensivo dos recursos naturais (White Jr., 2007). Os cientistas, “durante os anos de formação da ciência ocidental, diziam que a tarefa e a recompensa do trabalho científico eram ‘dar continuidade aos pensamentos de Deus’.(...) Se é assim, então a ciência ocidental foi moldada pela matriz da teologia cristã. O dinamismo da devoção religiosa formada pelo dogma judaico-cristão da criação deu-lhe ímpeto” (Idem, *ibidem*).

Essa vertente de uma crítica à religião cristã como base da cultura ocidental de destruição do meio natural para o aperfeiçoamento do Homem ensejou entre alguns defensores da natureza uma busca por espiritualidades orientais e pagãs consideradas como incapazes de separar homem e criação. White sugerira, porém, que

deveríamos refletir mais sobre o personagem mais radical da história cristã depois de Jesus Cristo: São Francisco de Assis. (...) [que] propunha uma alternativa à visão cristã de natureza e da relação do homem com ela; procurou substituir a ideia de um domínio humano sem limites sobre a natureza pela ideia de igualdade entre todas as criaturas inclusive o homem. Francisco fracassou. Nossa ciência e nossa tecnologia atuais estão tão embebidas com a ortodoxa arrogância cristã em relação à natureza que nenhuma solução para nossa crise ecológica poderá surgir delas. Como as raízes de nosso problema são profundamente religiosas, a solução deve ser também essencialmente religiosa, chamemos isso assim ou não (Idem, *ibidem*).

Lynn White prossegue com uma proposta: “O sentido profundamente religioso, mas herético, dos primeiros franciscanos para a autonomia espiritual de todos os elementos da natureza pode apontar uma direção. Proponho Francisco como o santo padroeiro dos ecólogos” (Idem, *ibidem*).

Naqueles anos, o Vaticano não se ocupou em responder diretamente ao tema. O problema social mais premente que a Igreja diagnosticara, ao menos se for tomada como marco a Encíclica *Mater et Magistra*²⁶ de 1961, do Papa João XXIII, foram a miséria e a fome, ambas causadas pelo subdesenvolvimento de grande parte do mundo. Em 1967, o Papa Paulo VI lançou a Encíclica *Populorum Progressio*, com uma exortação ao progresso e desenvolvimento dos povos especialmente dos pobres e miseráveis. Conclamou que “os filhos católicos, os irmãos cristãos e os homens de boa vontade” se unissem em “uma ação organizada para o desenvolvimento integral do homem e para o desenvolvimento solidário da humanidade” (Paulo VI, 1967). Para acompanhar a questão do desenvolvimento, a Igreja criou uma Comissão destinada a suscitar o progresso dos povos mais pobres. “Justiça e Paz é o seu nome e o seu programa”. A natureza seria a fonte de recursos para o desenvolvimento os quais deveriam ter seu acesso realizado de modo igualitário. Entretanto, as palavras da encíclica pareciam reiterar o tipo de relação humana com a natureza criticada pelo artigo de White:

“Enchei a terra e dominai-a”: desde a primeira página, a Bíblia ensina-nos que toda a criação é para o homem, com a condição dele aplicar o seu esforço inteligente em valorizá-la e, pelo seu trabalho, por assim dizer, completá-la em seu serviço. Se a terra é feita para fornecer a cada um os meios de subsistência e os instrumentos do progresso, todo homem tem direito, portanto,

²⁶ A Encíclica *Mater et Magistra* deu vigoroso impulso à linha do compromisso social pela Igreja Católica. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3828&secao=360 (consultado em 01/09/2015).

de nela encontrar o que lhe é necessário. O recente Concílio²⁷ lembrou-nos: “Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade” (Paulo VI, 1967: Capítulo “A ação de empreender: o destino universal dos bens”, §22).

Por outro lado, muitos outros diagnósticos sobre a crise ecológica atribuíram-na a causas que colidiam com a doutrina católica, merecendo respostas diretas e imediatas. Livros e artigos amplamente divulgados e debatidos enfatizavam os problemas no ambiente como resultado do crescimento da população no mundo e o esgotamento dos recursos, numa chave malthusiana. Por exemplo, “*A bomba populacional*”, de Paul Ehrlich, e “*A tragédia dos Comuns*”, de Garret Hardin, ambos artigos de 1968, e *The Doomsday Book*, de G. R. Taylor (1970)²⁸, apontavam para o fim inexorável dos recursos naturais do planeta caso se mantivessem o nível do crescimento populacional e do padrão de vida.

Na disputa pelo diagnóstico mais certo das ameaças ao mundo, em Roma, em 1968, um grupo de empresários reuniu-se com cientistas e tecnólogos para discutir os rumos econômicos da humanidade, avaliar corretamente os problemas e buscar soluções inovadoras: fundava-se o Clube de Roma. Das primeiras reuniões surgiu o “*Projeto sobre a Condição da Humanidade*”, cujo objetivo era examinar a ‘problemática mundial’, na qual se incluíam pobreza, desemprego, poluição, crescimento urbano desordenado, desemprego, inflação, e até “rejeição de valores tradicionais” (Watts, 1972: 12). Para uma compreensão “verdadeira” do conjunto e da interação dos fatores, desenvolveu-se, com o apoio de profissionais do MIT, um modelo matemático para o diagnóstico e o

²⁷ Referência ao II Concílio do Vaticano

²⁸ Traduzido no Brasil em 1978, com o título *A ameaça Ecológica*. Tradução de Rodrigo Machado, prefácio e revisão de Mario G. Ferri, na época reitor da Universidade de São Paulo, numa coedição da Editora Verbo e EDUSP.

prognóstico de cenários futuros. O resultado foi o livro *Os limites ao crescimento* de Denis Meadows e equipe, publicado em 1972, cujas conclusões gerais estavam sendo divulgadas desde a formação do grupo.

Esses estudos buscaram comprovar que o planeta não suportaria o crescimento populacional, pois este pressionava os recursos naturais e energéticos, levava ao aumento da poluição e à degradação do meio ambiente. No entanto, a equipe do Clube de Roma afirmou com otimismo: “é possível alterar essas tendências de crescimento e chegar a uma condição de estabilidade ecológica e econômica que fosse sustentável por muito tempo no futuro” (Meadows et al., 1972: 24). Uma das mais importantes recomendações para a futura estabilidade na relação homem e meio ambiente consistia no controle da natalidade.

Dentro da doutrina católica, a solução para os grandes problemas mundiais não passaria jamais pelo controle demográfico, mas sim por uma distribuição maior dos bens mediante a ação dos “homens de boa vontade”, dos estadistas e dos “sábios”. Na encíclica *Humanae Vitae* (1968), o Papa Paulo VI se manifestou explicitamente contra o controle artificial da natalidade realizada tanto por indivíduos quanto por políticas governamentais: “Muitos são os que manifestam o receio de que a população mundial cresça mais rapidamente do que os recursos à sua disposição, com crescente angústia de tantas famílias e de povos em vias de desenvolvimento. De tal modo é grande a tentação das autoridades de contrapor a este perigo medidas radicais” (Paulo VI, 1968).

O citado encontro sobre o meio ambiente humano em Estocolmo foi recomendado pelo Conselho Social e Econômico das Nações Unidas (ECOSOC)²⁹ devido ao impacto de relatórios de outros importantes órgãos do sistema ONU, como o relatório da Food and Agriculture Organization (FAO) e UNESCO sobre a conservação e uso racional dos

²⁹ Resolução 1346, 45^o Sessão ECOSOC. Texto disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=e/res/1346\(XLV\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=e/res/1346(XLV)) (consultado em 01/09/2015).

recursos na questão de produção de alimentos, e um extenso documento da Organização Mundial da Saúde sobre os efeitos da poluição na saúde humana (World Health Organization, 1968). Ainda dentro do âmbito do sistema das Nações Unidas, outro evento decisivo para a decisão de se realizar o encontro sobre o tema meio ambiente foi a Conferência da Biosfera, realizada em Paris pela UNESCO em 1968. A Conferência marcou a entrada do termo *biosfera* na política internacional, além disso, a preservação da natureza sob a forma de santuários intocados perdeu força em prol da *conservação* (Acot, 1990: 167), para a melhoria das qualidades humanas na relação como o mundo natural. A decisão de colocar os temas *ambientais* na pauta principal das atividades do sistema ONU veio ao encontro de diversas organizações de proteção da natureza que reivindicavam influência nas discussões e decisões políticas.

Um dos primeiros pronunciamentos de um Papa sobre a questão ecológica ocorreu em 1970, na ocasião do 25º aniversário da FAO, da qual a Santa Sé é membro-observador. Se em 1967, na Carta Encíclica *Populorum Progressio*, a natureza aparecia com a função de atender o homem e suas necessidades, poucos anos depois, o Papa Paulo VI comentou explicitamente os problemas do meio ambiente e a questão da Criação:

A um ritmo acelerado, a realização concreta destas possibilidades técnicas [de intensificação agrícola] não se verifica sem causar nocivas repercussões no equilíbrio do nosso ambiente natural, e a deterioração progressiva daquilo que convencionalmente se chama ‘meio ambiente’, sob o efeito dos contragolpes da civilização industrial, corre o risco de acabar numa verdadeira catástrofe ecológica. Já vemos que o ar que respiramos se torna viciado, a água que bebemos poluída, as praias contaminadas, os lagos e até os oceanos, ao ponto de nos fazer temer uma verdadeira ‘morte biológica’, num futuro não distante, se não forem tomadas corajosamente e severamente aplicadas, sem demora, enérgicas medidas. É uma perspectiva terrível, que deveis considerar com cuidado, a fim de se evitar a aniquilação do fruto de milhões de anos de seleção natural e humana. Numa palavra, tudo está

unido intimamente, sendo, portanto, necessário prestar atenção às consequências de longo alcance, que as intervenções humanas introduzem no equilíbrio da natureza, que foi posta, com a sua harmoniosa riqueza, à disposição do homem, segundo o desígnio amoroso do Criador.³⁰

Para compreender a dinâmica política, diplomática e religiosa no catolicismo devem ser assinaladas distinções funcionais entre Papa, Vaticano e Santa Sé. O Papa é o Bispo de Roma, líder da Igreja Católica e cabeça do Estado da cidade do Vaticano. O Vaticano é uma cidade-Estado de 0,44 km² e com pouco mais de 400 habitantes fixos, incrustada dentro da cidade de Roma, estabelecida formalmente enquanto Estado desde 1929. Garante a independência da Santa Sé e é administrada por uma Comissão Pontifícia para o Estado da Cidade do Vaticano. A Santa Sé é o governo da Igreja Católica, sujeito do direito internacional (Koenig-Bricker, 2009: 116-119), com a qual se estabelecem tratados e acordos; mantém relações diplomáticas com 178 Estados.³¹ Desde 1957, integrou-se na ONU como observadora e, a partir de 1964, tem o *status* de Estado não membro e observador permanente das Nações Unidas e de outras instituições do sistema da ONU, como a FAO, UNESCO, ECOSOC, PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

As posições da Santa Sé levam a doutrina católica para dentro dos rumos da política internacional.

A missão própria que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política, econômica e social. Pois a finalidade que Cristo lhe

³⁰ Este foi o primeiro pronunciamento de um Papa citando diretamente a crise ecológica que encontramos. *Discurso do Papa Paulo VI à Assembleia Geral da FAO*, 16 de novembro de 1970. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1970/documents/hf_p-vi_spe_19701116_xxv-istituzione-fao.html (consultado em 30/03/2013).

³¹ “*Diplomatic Relations of Holy See*”. Disponível em: <http://www.holyseemission.org/about/diplomatic-relations.aspx> (consultado em 07/08/2015).

prefixou é de ordem religiosa. Mas, na verdade, desta mesma missão religiosa decorrem benefícios, luzes e forças que podem auxiliar a organização e o fortalecimento da comunidade humana segundo a Lei de Deus. Isto quer dizer que a Igreja, com a sua doutrina social, não entra em questões técnicas e não institui nem propõe sistemas ou modelos de organização social: isto não faz parte da missão que Cristo lhe confiou. A Igreja tem a competência que lhe vem do Evangelho: da mensagem de libertação do homem anunciada e testemunhada pelo Filho de Deus humanado (Pontifício Conselho de Justiça e Paz, 2004: § 38).

Em maio de 1971, na Carta Apostólica *Octogesima adviens*, por ocasião do 80º aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*³², o termo *meio ambiente* já intitulava um parágrafo dentro do Capítulo “Novos Problemas Sociais”. O Papa assim se pronunciou sobre a relação da humanidade com o meio natural:

Por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, [o homem] começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação. Não só o ambiente material se torna uma ameaça permanente — poluições e lixo, novas doenças, poder destruidor absoluto — mas é o próprio contexto humano que o homem não consegue dominar, criando assim para o dia de amanhã um ambiente global que se lhe poderá tornar insuportável. Problema social de grande envergadura, que diz respeito à família humana inteira (Paulo VI, 1971).

Uma das medidas da ONU para o encontro em Estocolmo foi solicitar um estudo para divulgar o estágio do conhecimento sobre o tema. Dessa iniciativa resultou o livro *Uma terra somente*, da economista Bárbara Ward (1914-1981) e do microbiologista estadunidense René Dubos (1901-1982), preparado com o auxílio de mais de uma centena

³² A Carta Encíclica *Rerum Novarum* foi o primeiro documento em que a Igreja se pronunciou sobre questões sociais no caso, sobre os trabalhadores no final do século XIX. Apesar de ser dirigida a católicos, continha ensinamentos que dialogavam com os acontecimentos da época e inaugurou a moderna doutrina social da instituição.

de consultores do mundo inteiro³³. O livro não faz referência direta a religiões, apresenta-se como um extenso diagnóstico dos problemas do meio ambiente e dos efeitos econômicos no planeta para fundamentar a discussão em Estocolmo. Na Introdução, a autora comenta:

A Humanidade agora está espalhada sobre toda superfície do globo (...) aprender a manejá-lo inteligentemente é um imperativo urgente. O Homem deve aceitar a responsabilidade de administração da Terra. A palavra administração implica, naturalmente, governo para o bem comum. (...) na prática, a responsabilidade da ONU na Conferencia era claramente a de definir o que deveria ser feito para manter a Terra como um lugar adequado para a vida humana, não somente agora, mas para as gerações futuras (Ward e Dubos, 1972: 20-21).

O outro autor do livro, René Dubos, lançou no mesmo ano, *Um Deus interior: uma filosofia prática para a mais completa realização das potencialidades humanas* (Dubos, 1975), em que buscou complementar a visão global da obra escrita com Barbara Ward com um ensaio sobre a importância de se cultivar a especificidade de cada lugar, grupo social e pessoa. No livro, responde a Lynn White, manifestando uma dúvida sobre a veracidade histórica da afirmação de que a tradição judaico-cristã seria responsável pela tecnologia e crise ecológica, pois a destruição ecológica vinha desde “muito antes da Bíblia ser escrita”, pelo menos desde o período neolítico. As civilizações orientais não tinham e nem têm mais respeito pela natureza do que os povos judaico-cristãos, basta lembrar, por exemplo, a devastação das florestas na China ocorrida há séculos.

Na realidade, os povos judaico-cristãos foram os primeiros a desenvolver em grande escala um interesse profundo pela administração da terra e uma ética da natureza. Entre os mestres cristãos nenhum se identifica mais com uma ética da natureza do que S. Francisco de Assis (1182-1226) que tratou todas as coisas vivas e os objetos inanimados como irmãos (Dubos, 1972: 131).

³³ Dentre os consultores estava Aurelio Peccei, fundador do Clube de Roma.

Entretanto, Dubos vai além da contemplação franciscana e encontra em São Bento de Nursia o verdadeiro padroeiro “dos que acreditam que a conservação significa (...) também desenvolver atividades humanas que permitam uma relação criadora e harmoniosa entre homem e natureza” (Idem, *ibidem*: 137). Nos mosteiros beneditinos, segundo o autor, a regra parece “inspirada no segundo capítulo [do Gênesis] no qual Deus colocou o homem no Jardim do Éden não como um senhor, mas no espírito de um administrador” (Idem, *ibidem*).

Para a abertura da Conferência, em 5 de junho de 1972, o Papa Paulo VI enviou uma mensagem elogiando este “*primeiro gesto de cooperação mundial*”, e assinalou que o Vaticano esteve acompanhando a preparação do encontro. Esclareceu qual seria a correta conduta humana em relação à Criação estabelecida na Bíblia. Os pontos principais da mensagem seguem resumidos ou transcritos em tópicos: “hoje, surge a consciência de que o homem e seu ambiente estão mais do que nunca inseparáveis: o meio condiciona essencialmente a vida e o desenvolvimento do homem, este, por sua vez, aperfeiçoa e enobrece o meio por sua presença, seu trabalho e contemplação”; o respeito à biosfera considerada em seu domínio planetário a transformaria no “belo lema da Conferência: ‘uma terra somente’”; a tecnologia e a ciência podem ser usadas para o pior ou para o melhor, nesse último caso, inclusive para mitigar os efeitos da deterioração do meio; é preciso uma corajosa e lúcida “transformação radical das mentalidades” para que o poder sobre a natureza seja exercido segundo uma ética e que se possam operar urgentes “*reconversões*”; evoca-se o exemplo de São Francisco de Assis e também de ordens contemplativas cristãs em testemunhar “*uma harmonia interior obtida no quadro de uma comunhão confiante com os ritmos e leis da natureza*”; a Criação, por ser divina, é boa, governá-la significa aperfeiçoá-la e transformar o mundo em uma “morada bela e ordenada”; o meio ambiente é patrimônio de toda humanidade e não

se pode apropriar-se dele de modo egoísta; o tema do desenvolvimento deve orientar a conferência na busca de um “equilíbrio ecológico” e um “equilíbrio entre países industrializados e a periferia”; *a miséria é a pior poluição*. Ao final da mensagem, reiterou a fé e a esperança da “família humana unida em torno de um projeto solidário” (Paulo VI, 1972)³⁴, cabendo aqui lembrar a proposta de “desenvolvimento solidário” da Encíclica de 1967. Neste curto comunicado encontra-se delineada a concepção de meio ambiente da Santa Sé e dos Papas, ampliada e aprimorada em documentos posteriores como o recente *Laudato Si'*. Essa concepção desdobra a teologia cristã da Criação, cuja base encontra-se no Livro do Gênesis do Velho Testamento (livro-base também do Judaísmo), amplia-se para a atuação da Igreja junto aos pobres e assim se coloca no debate internacional.

A autora do livro base da Conferência, Barbara Ward (1914-1981), pertencera à equipe de economistas consultores do II Concílio do Vaticano nos anos 1960; foi a primeira mulher a participar de um Sínodo de Bispos da Igreja Católica, em 1971, e colaborou para a criação da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz pelo Vaticano,³⁵ anunciada pela encíclica *Populorum Progressio*. Em 1966, Ward publicou um livro intitulado *Spaceship Earth*, termo utilizado pela primeira vez em um Encontro da ECOSOC em 1965, por um diplomata estadunidense.³⁶ Economista, docente em instituições como a Universidade de Columbia e também membro da Igreja Católica, ela participou das decisões de cúpula e das posições da Santa Sé na política internacionalista do sistema das Nações Unidas. “Barbara Ward foi uma testemunha excepcional do

³⁴ Como não há versão oficial em português, consultou-se a versão em espanhol.

³⁵ *A mais admirada visionária de sua geração*. Disponível em: <http://www.osservatoreromano.va/en/news/the-most-admired-visionary-of-her-generation> (consultado em 29/07/2015). Ver, também: *Barbara Ward; her life and letters*. Disponível em: http://www.thinkingfaith.org/articles/book_20110701_2.htm (consultado em 29/07/2015).

³⁶ <http://www.bartleby.com/73/477.html>

empenho cristão na vida social e econômica” (Giovanelli, 2011). Além da decisiva contribuição ao Encontro de Estocolmo, em 1972, Ward fora representante do Vaticano na UNTACD (*United Nations Conference on Trade and Development*), órgão que trata de questões de desenvolvimento e do comércio entre os países-membro, do qual a Santa Sé é membro efetivo e não apenas observador. Na reunião de 12 de maio de 1972, Ward assim inicia sua intervenção:

Talvez a primeira e predominante impressão que guardarei é que esta assembleia nos reúne virtualmente pela primeira vez como uma família humana completa para discutir os problemas de nosso pão cotidiano. Sei que minha Delegação regozija-se na universalidade desse encontro. Papa Paulo VI repetidamente tem sublinhado sua crença de que “a questão social tem agora alcance mundial” (Ward, 1972).

Na Conferência de Estocolmo, além do discurso de Paulo VI lido pelo representante do Vaticano, Padre Henri de Riedmatten, houve a intervenção da Santa Sé como membro observador da ONU. No documento, sugeriu-se que os conhecimentos ecológicos fossem estimulados e ampliados, reiterava-se as palavras do Papa e, a partir delas, criticava-se com veemência a falta de contundência ou clareza de alguns pontos da Declaração que estava sendo aprovada. As principais críticas se referiam a formulações vagas sobre o meio ambiente e seus recursos como patrimônio de todos; sobre a noção de desenvolvimento enquanto *promoção integral do homem*; à falta de insistência em colocar na “*carta magna do meio ambiente*” os pobres, aqueles que mais sofrem os efeitos da degradação ambiental, como as vítimas das guerras, habitantes de favelas e trabalhadores em condições precárias (Riedmatten, 1972).

O Encontro de 1972 pode ser considerado o acontecimento que consolidou o meio ambiente como um dispositivo de alcance planetário cujo funcionamento passou a fornecer respostas estratégicas e unificadas a novas exigências resultantes das transformações da segunda metade do

século XX. A Igreja Católica exerceu diretamente um papel importante na construção do dispositivo no período e na consolidação das práticas que se seguiram desde então mediante as atividades da Santa Sé nas reuniões entre Estados e por meio dos representantes da Igreja e dos Papa. Segundo alguns pesquisadores, “a tradicional *opção preferencial pelos pobres* é a única e talvez a mais valiosa contribuição que a doutrina social católica pode fazer às discussões modernas para a tomada de decisões ambientais tanto domésticas quanto internacionais. Esta doutrina pode ser uma nova fonte de unidade entre a visão católica da ética ambiental e a visão postulada por muitos ambientalistas seculares” (Silecchia, 2008). Entretanto, talvez não seja a única contribuição, apesar de ter sido decisiva até para analisar a crise ecológica não só como resultante de catástrofes ambientais e contaminações, mas considerando-a “um problema humano e social, ligado à violação dos direitos humanos e à desigualdade no acesso aos recursos naturais” (Comissão Teológica Internacional, 2004: §73). Além da pobreza, a Igreja colocou desde o início de sua participação nas discussões sobre o meio ambiente a questão moral envolvida na manutenção das condições de pobreza, não apenas a oratória dos valores, mas comportamentos efetivos.

Na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, estabelecido pela ONU, em 1977, Paulo VI enviou uma mensagem elogiando a data como uma oportunidade das pessoas “celebrarem as boas coisas dessa terra e compartilhá-las mais equitativamente e com mais consciência com todos seus irmãos e irmãs. A consciência do ambiente em torno de nós é hoje mais urgente do que nunca. (...) O esforço humano produziu muita riqueza a partir da terra. Mas esta riqueza não deve ser desperdiçada superficialmente por uma pequena minoria nem acumulada egoisticamente por uns poucos às expensas do resto da humanidade necessitada” (Paulo VI, 1977). Prosseguindo a mensagem, traz o apelo a “uma mudança de mentalidade, a uma conversão de atitude e de prática

de modo que o rico voluntariamente use menos e compartilhe os bens da terra mais ampla e sabiamente, (...) a uma simplicidade no estilo de vida, (...) a uma solidariedade universal entre as pessoas de hoje e as futuras gerações” (Idem, *ibidem*).

A transcrição de longos trechos das curtas mensagens do Papa Paulo VI neste artigo tem dois motivos principais. O primeiro é que nestes breves comunicados papais encontram-se delineados os pontos da doutrina *ecológica* que a Igreja tem defendido desde a década de 1970. O segundo é mostrar que, exatamente por ter selecionado e comunicado esses pontos com clareza, o Papa Paulo VI contribuiu para a construção e consolidação do dispositivo meio ambiente, dando ao tema a mesma importância dos demais pontífices que o sucederam e, portanto, merece maior reconhecimento.³⁷

Em maio 1978, o Papa Paulo VI faleceu. Elegeu-se João Paulo I, que pereceu um mês depois de assumir, sendo substituído, em outubro do mesmo ano, por Karol Wojtyła, polonês, que se tornou João Paulo II. Em sua primeira encíclica, *Redemptor Hominis*, em 1979, o Papa questionou o uso que a humanidade fizera do poder dado por Deus de dominar a Terra.

O homem, portanto, cada vez mais vive com medo. Ele teme que os seus produtos, naturalmente não todos e não na maior parte, mas alguns e precisamente aqueles que encerram uma especial porção da sua genialidade e da sua iniciativa, possam ser voltados de maneira radical contra si mesmo; (...) Deve pôr-se, portanto, uma interrogação: por que razão um tal poder, dado desde o princípio ao homem, poder mediante o qual ele devia dominar a terra, se volta assim contra ele, provocando um compreensível estado de inquietude, de consciente ou inconsciente medo, e de ameaça que de diversas maneiras se comunica a toda a família humana contemporânea e se manifesta sob vários aspectos?(...) E o homem parece muitas vezes não dar-se conta de outros

³⁷ O destaque nas posições ambientais da Igreja tem sido dado a João Paulo II e a Bento XVI em diversos estudos. Dentre eles: Silecchia, 2004; Silecchia, 2007.

significados do seu ambiente natural, para além daqueles somente que servem para os fins de um uso ou consumo imediatos. Quando, ao contrário, era vontade do Criador que o homem comunicasse com a natureza como ‘senhor’ e ‘guarda’ inteligente e nobre, e não como um ‘desfrutador’ e ‘destruidor’ sem respeito algum (João Paulo II, 1979a).

Em 29 de novembro de 1979, o novo Papa declarou São Francisco de Assis como o Santo Padroeiro da Ecologia (João Paulo II, 1979b).

Logo depois do Encontro de Estocolmo, o impasse entre proteção ao meio-ambiente e desenvolvimento econômico estava ainda em discussão na ONU; tentava-se equacionar um modelo de desenvolvimento que pudesse ser viabilizado pelos países membros levando em conta o meio ambiente e as necessidades dos povos pobres. Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial de Meio-Ambiente e Economia, visando montar “uma agenda global para a mudança” a ser posta em prática nos decênios seguintes levando em conta “as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento”, conforme os termos do documento resultante em 1987, intitulado *Nosso Futuro Comum*. O impasse entre crescer e conservar o ambiente foi solucionado com o consenso em torno do termo ‘desenvolvimento sustentável’, dimensionado em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Os recursos poderiam ser usados e o lucro crescer, desde que se mantivesse a *sustentabilidade* – a “capacidade de suporte” dos ecossistemas utilizados — pela qual “o desenvolvimento satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (World Commission on Environment and Development, 1987: 1-2).

Em 1985, em visita à sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Nairobi, Quênia, o Papa João Paulo II falou aos membros da agência:

O compromisso da Igreja na preservação e melhoria do nosso ambiente está ligada a um mandamento de Deus. Nas primeiras

páginas da Bíblia, lemos como Deus criou todas as coisas e, em seguida, confiou-as ao cuidado de seres humanos, que também foram criados à imagem de Deus. (...). Assim, a gestão da natureza, que Deus confiou ao homem, não pode ser guiada por uma visão estreita ou para fins egoístas; em vez disso, deve-se considerar o fato de que todas as coisas criadas são direcionadas para o bem de toda a humanidade. A utilização de recursos naturais deve servir ao desenvolvimento integral das gerações presentes e futuras. Os progressos no domínio da ecologia e uma crescente conscientização da necessidade de proteger e conservar determinados recursos naturais não renováveis constituem exigências de uma verdadeira administração. Deus é glorificado quando a criação serve o desenvolvimento integral de toda a família humana (João Paulo II, 1985 – grifo nosso).

Em dezembro de 1987, foi lançada a primeira Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, homenageando os vinte anos da Encíclica *Populorum Progressio*. Incluía o tema da natureza em relação ao desenvolvimento, tendo como base a questão moral envolvida. Nesse mesmo ano, divulgou-se com grande alarde o relatório *Nosso Futuro Comum*, com as propostas para um estreitamento de laços de cooperação entre países na questão ambiental e o estabelecimento de compromissos para um desenvolvimento em moldes sustentáveis, inclusive propondo o planejamento familiar para se manter “o tamanho da população estabilizada em um nível consistente com a capacidade produtiva do ecossistema” (World Commission on Environment and Development, 1987: 56). A Encíclica dialoga e parece se afastar dos resultados do relatório, reintroduzindo a questão moral das atividades econômicas, tema não discutido pela Comissão que se circunscreveu a questões de salvar a produção econômica da escassez de recursos causados pela deterioração do meio.

Somos convidados a rever o conceito de desenvolvimento, que não coincide certamente com o que algumas vezes se faz, limitando-se a satisfazer as necessidades materiais, mediante aumento de bens, sem prestar atenção aos sofrimentos da maioria e fazendo do egoísmo das pessoas e das nações a principal motivação.

Como nos recorda a Epistola de São Tiago: “*De onde vem as guerras? De onde vem as lutas entre vós? Não vem daqui: dos prazeres que guerreiam nos vossos membros? Cobiçais e não tendes. Então matais.*” (TG.4,1-2) Pelo contrário, num mundo diverso, dominado pela solicitude do bem comum de toda a humanidade, ou seja pela preocupação com o “desenvolvimento espiritual e humano de todos” e não com a busca do proveito particular, a paz seria possível, como fruto de uma “justiça mais perfeita entre os homens” (João Paulo II, 1987).

No final da década de 1980, o planeta passou por grande transformação com a emblemática queda do Muro de Berlim marcando o início do fim do comunismo na Europa. No plano ambiental, a ONU anunciou a realização de outra Grande Conferência sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro. Em 1º de janeiro de 1990, na tradicional Missa do Dia da Paz, transmitida para o planeta, o Papa João Paulo II enfatizou uma cooperação entre todos os habitantes, independente das religiões, em favor da paz por meio do “respeito à natureza” e esclareceu a correta conduta humana cristã em relação à Criação estabelecida no primeiro livro da Bíblia, o Gênesis, que poderia servir de inspiração para as pessoas não crentes. “Até mesmo os homens e mulheres que não tem particulares convicções religiosas também eles, levados pelo sentido das próprias responsabilidades em relação ao bem comum, reconhecem o dever de contribuir para o saneamento ambiental” (João Paulo II, 1990).

Paz com Deus Criador, Paz com toda a Criação foi o primeiro discurso de um Papa inteiramente voltado para a questão ambiental e a relação com a paz, reiterando mais uma vez o respeito pela vida, pela integridade da Criação e pela dignidade da pessoa humana.

Observa-se nos nossos dias uma consciência crescente de que a paz mundial está ameaçada (...) também pela falta do respeito à natureza, pela desordenada exploração dos seus recursos e pela progressiva deterioração da qualidade de vida. (...) Perante a difusa degradação do ambiente, a humanidade já se vai dando conta de que não se pode continuar a usar os bens da terra

como no passado. A opinião pública e os responsáveis políticos estão preocupados com isso; e os estudiosos das mais diversas disciplinas debruçam-se sobre as causas do que sucede. Está assim a formar-se uma consciência ecológica, que não deve ser reprimida, mas antes favorecida, de maneira que se desenvolva e vá amadurecendo até encontrar expressão adequada em programas e iniciativas concretas. (...) A sociedade hodierna não encontrará solução para o problema ecológico, se não rever seriamente o seu estilo de vida. Em muitas partes do mundo, ela mostra-se propensa ao hedonismo e ao consumismo e permanece indiferente aos danos que deles derivam. (...) a gravidade da situação ecológica revela quanto é profunda a crise moral do homem. Se faltar o sentido do valor da pessoa e da vida humana, dá-se o desinteresse pelos outros e pela terra. (...) Há uma necessidade urgente, pois, de educação para a responsabilidade ecológica, responsabilidade em relação a si próprio, responsabilidade em relação aos outros e responsabilidade em relação ao ambiente. (...) A educação autêntica para a responsabilidade implica uma verdadeira conversão na maneira de pensar e no comportamento (Idem, *ibidem* – grifo nosso).

A mensagem faz referência à “necessidade de um sistema de gestão dos recursos da terra” coordenado internacionalmente associado a uma solidariedade entre os países na busca da paz e do fim da pobreza como formas de enfrentamento da crise ecológica. “Hoje em dia, vai-se falando cada vez mais frequentemente do ‘direito a um ambiente seguro’, como de algo que deve passar a figurar numa Carta atualizada dos Direitos Humanos” (Idem, *ibidem*: §9).

Na Carta Encíclica *Centesimus Annum*, de 1º de maio de 1991, João Paulo II dedica dois parágrafos à questão ambiental, um sobre o ambiente natural (João Paulo II, 1991: § 37) e outro sobre o ambiente humano, as cidades (Idem, *ibidem*: §38). “Na raiz da destruição insensata do ambiente natural, há um erro antropológico muito difundido no nosso tempo. O homem que descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquece que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte

de Deus. (...) Em vez de realizar seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substituiu-se a Deus e deste modo acaba por provocar a revolta da natureza mais tiranizada que governada por ele” (Idem, ibidem: §37) Em relação ao ambiente criado pelo homem, citou a pouca atenção dada “ao graves problemas da moderna urbanização” (Idem, ibidem: §38).

Em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou Cúpula da Terra, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Outra configuração mundial se anunciava e, nesse momento, a Conferência da ONU mobilizou a comunidade internacional em torno de questão de uma “governança global para preservar a vida na Terra”, também colocando na pauta a necessidade de uma urgente e efetiva “mudança de comportamento” dos Estados, das organizações internacionais, das empresas, das associações de uma chamada “sociedade civil planetária” e também de cada habitante do planeta. A Santa Sé enviou seu representante, Arcebispo Renato Martino, que apresentou os três aspectos da posição do Vaticano: a centralidade da pessoa humana, a dimensão moral da questão redundando em soluções que considerassem a verdade e a justiça, e a necessidade de desenvolver “no coração cada indivíduo” e nas atividades sociais a solidariedade e um verdadeiro senso de administração responsável do meio ambiente (Martino, 1992).

Na passagem para o terceiro milênio, o papa João Paulo II, em uma audiência em 17 de janeiro de 2001, reiterou a crise ecológica como resultado de uma atitude humana que tem contrariado a vontade de Deus: “infelizmente, se o olhar percorre as regiões do nosso planeta, percebemos depressa que a humanidade frustrou a expectativa divina”. Entretanto, também apontou um caminho para se estabelecer um “compromisso para afastar a catástrofe ecológica”: “(...) é preciso estimular e apoiar a ‘conversão ecológica’, que nestes últimos decênios tornou a humanidade mais sensível aos confrontos da catástrofe para a qual estava a caminhar.

O homem não é mais ‘ministro’ do Criador. Mas, como déspota autônomo, está compreendendo que finalmente tem de parar diante do abismo” (João Paulo II, 2001).

Dentro dos compromissos para o terceiro milênio, o Papa João Paulo II e o Patriarca Ecumênico Sua Santidade Bartolomeu I, líder espiritual dos cristãos ortodoxos, elaboraram uma declaração conjunta sobre ética ambiental em junho de 2002, período em que se realizava a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente em Johannesburgo. Pela primeira vez, o campo ambiental tornou-se o ponto de aproximação de duas correntes do cristianismo em questões de fé. Afirmou-se

(...) o papel específico dos cristãos, proclamando os valores morais e educando as pessoas a cultivarem uma consciência ecológica, que não é outra coisa senão a responsabilidade em relação a si mesmas, aos outros e à criação. (...) O problema não é meramente econômico e tecnológico, mas moral e espiritual. Uma solução a níveis econômico e tecnológico só é possível se experimentarmos, da maneira mais radical, uma íntima mudança do coração, que leve a uma transformação do estilo de vida e dos modelos insustentáveis de consumo e de produção. Só uma conversão autêntica a Cristo nos permitirá transformar o nosso modo de pensar e de agir (João Paulo II e Bartolomeu I, 2002).

Na Conferência de Johannesburgo, o comunicado do representante da Santa Sé lembrou a declaração conjunta com o Patriarca Bartolomeu sobre a ética ambiental da perspectiva cristã e afirmou que o motivo da presença da Santa Sé na Conferência se pautava pela defesa do desenvolvimento sustentável para promover a centralidade do ser humano, com sua dignidade e direitos. Não bastariam medidas técnicas ou jurídicas, pois as dificuldades em se promover o desenvolvimento sustentável provêm de questões de natureza ética ou moral e exigem uma mudança no modo de vida. Para esta mudança ocorrer “é preciso encorajar e apoiar a conversão ecológica” (Santa Sé, 2002a).

No entanto, a Conferência da ONU não consistia em um encontro de fé, mas de articulação internacional de forças em torno de uma intenção: o desenvolvimento sustentável, e para isso a Santa Sé faz uma apelo à “globalização da solidariedade”. Os recursos ambientais seriam antes de tudo um bem comum. Todas as pessoas deveriam se desenvolver, mas a prioridade seria dada às pessoas que vivem na pobreza. A Santa Sé clamou também por “um bom governo”, que, “no contexto da comunidade internacional, exige que todos os Estado, inclusive o mais pobre e o menor dentre eles, tenham acesso aos organismos decisórios que determinam a política e promovem a cooperação internacional” (Idem, *ibidem*). Dias depois, ao se manifestar sobre o Plano de Ação aprovado pela Conferência, a Santa Sé a aprovou para se manter o consenso, mas lamentou que as seções não evidenciassem o princípio de que os seres humanos estão no centro do desenvolvimento sustentável (Santa Sé, 202b).

Em 2005, com a morte de João Paulo II, escolheu-se o Cardeal Ratzinger como o novo Papa, que passou a se chamar Bento XVI. A escolha do nome Bento refere-se a São Bento de Nursia, criador dos mosteiros onde o trabalho especialmente na terra era forma de louvor a Deus, citado por Rene Dubos como santo exemplar para a conservação do meio ambiente e não apenas a contemplação, como São Francisco de Assis.

Enquanto Cardeal, ele havia elaborado textos em que abordava a questão ambiental através de uma teologia da Criação. “a criação é vista pelo papa Bento XVI como importante, pelo motivo que esta é o local escolhido pelo Criador para que ocorra a Salvação e a Redenção” (Silecchia, 2007). Sobre a Teologia da Criação, segue um parágrafo de *Comunhão e Serviço: A pessoa humana criada à imagem de Deus*, elaborado pela Comissão Teológica Internacional:

A teologia cristã da criação contribui de modo direto para a solução da crise ecológica, ao afirmar a verdade fundamental que

a criação visível é, ela mesma, dom divino, o “dom originário”, que fixa um “espaço” de comunhão pessoal. Poder-se-ia, com efeito, dizer que uma correta teologia cristã da ecologia é dada pela aplicação da teologia da criação. Observe-se como o termo “ecologia” combina as duas palavras gregas oikos (casa) e logos (palavra): o ambiente físico da existência humana poderia ser visto como uma espécie de “casa”, “habitação” para a vida humana. Considerando-se que a vida íntima da Santíssima Trindade é uma vida de comunhão, o ato divino da criação é a produção gratuita de parceiros que poderão compartilhar essa comunhão. Pode-se dizer, neste sentido, que a divina comunhão agora encontrou a sua “habitação” no mundo criado. Por esse motivo, pode-se falar do cosmos como de um lugar de comunhão pessoal (Comissão Teológica Internacional, 2004).

Bento XVI foi chamado de Papa Verde (Koenig-Bricker, 2009: 8), por seus pronunciamentos e textos ecológicos, e também por sua atuação em tornar o Vaticano em um espaço sustentável, com medidas de baixo carbono, reciclagem e uso de energia solar. Destaca-se o pronunciamento, *Se quiseres cultivar a Paz, Preserva a criação*, durante a missa do Dia da Paz em 1º de janeiro de 2010: “A Igreja tem a sua parte de responsabilidade pela criação e sente que a deve exercer também em âmbito público, para defender a terra, a água e o ar, dádivas feitas por Deus Criador a todos, e antes de tudo para proteger o homem contra o perigo da destruição de si mesmo” (Bento XVI, 2010). Na Carta Encíclica *Caritas in Veritate* (2009), deixou claro que “O tema do desenvolvimento aparece estreitamente associado com os deveres que nascem do relacionamento do homem com o ambiente natural. Este foi dado por Deus a todos constituindo seu uso uma responsabilidade que temos para com os pobres, as gerações futuras e à humanidade inteira”.

Em fevereiro de 2013, Bento XVI renunciou, fato praticamente inédito entre os 264 papas que o antecederam. Em março, foi escolhido um cardeal da Argentina, Cardeal Jorge Mario Bergoglio, que assumiu com o nome Francisco. Foi o primeiro Papa a se atribuir esse nome em 8

séculos. No discurso ao corpo diplomático junto da Santa Sé, em 22 de março de 2013, explicou que a escolha do nome fora referência a São Francisco de Assis, mostrando que seu papado se regeria por três pontos: a defesa dos pobres; a paz, mediante a valorização do bem comum; e o meio ambiente.

Francisco foi saudado com uma manifestação de Ban Ki Moon, secretário-geral da ONU: “Espero continuar a cooperação entre as Nações Unidas e a Santa Sé, sob a sábia liderança de Sua Santidade o Papa Francisco. Compartilhamos muitos objetivos em comum – da promoção da paz, da justiça social e dos direitos humanos à erradicação da pobreza e da fome – todos elementos centrais do desenvolvimento sustentável” (Ban Ki Moon, 2013).

Na Missa de inauguração do Pontificado, em 19 de março de 2013, o Papa Francisco se referiu ao papel de guardião de Maria, Jesus e da Igreja exercido por São José (o santo do dia). Exortou os cristãos: “Guardemos Cristo na nossa vida, para guardar os outros, para guardar a Criação!” E prosseguiu:

Entretanto a vocação de guardião não diz respeito apenas a nós, cristãos, mas tem uma dimensão antecedente, que é simplesmente humana e diz respeito a todos: é a de guardar a criação inteira, a beleza da criação, como se diz no livro de Gênesis e nos mostrou São Francisco de Assis: é ter respeito por toda a criatura de Deus e pelo ambiente onde vivemos. (...) Queria pedir, por favor, a quantos ocupam cargos de responsabilidade em âmbito econômico, político ou social, a todos os homens e mulheres de boa vontade: sejamos guardiões da criação, do desígnio de Deus inscrito na natureza, guardiões do outro, do ambiente; não deixemos que sinais de destruição e morte acompanhem o caminho deste nosso mundo! (Francisco, 2013a).

O Papa não revelou, mas talvez tenha escolhido o nome de Francisco não apenas pela referência a São Francisco de Assis, mas a outro

Francisco: São Francisco Xavier³⁸, colaborador principal de Ignacio de Loyola, o fundador da Companhia de Jesus, companhia da qual fez parte o Cardeal Bergoglio. Disposto a evangelizar o mundo, no século XVI, o santo viajou ao Extremo Oriente (Índia e Japão) como missionário para a conversão dos povos. Esse outro Francisco parece ser outra chave para a compreensão da encíclica e da proposta de atuação do Papa. No citado discurso ao corpo diplomático, após expressar sua adesão ao exemplo de São Francisco de Assis, prosseguiu afirmado sobre o papel dos Pontífices como aqueles que constroem pontes, com Deus e entre os homens. Comentando sobre suas origens pessoais e familiares, afirmou que “está sempre vivo em mim este diálogo entre culturas e lugares distantes, entre um extremo do mundo e o outro, atualmente cada vez mais próximos, interdependentes e necessitados de se encontrarem e criarem espaços efetivos de autentica fraternidade” (Francisco, 2013b).

A conversão ecológica: estratégia católica para o terceiro milênio

O sentido de conversão consiste em uma mudança de comportamento, de hábitos, de estilo de vida e de mentalidade. *Convertere* seria voltar-se para si mesmo, e sair transformado. Para o cristão, a conversão ocorre quando se identifica em si mesmo um *desvio* e suas consequências na relação com Deus e, portanto, na relação com o próximo e consigo mesmo.³⁹ Nos primórdios do cristianismo, período em que se expandia pelo mundo pagão dos povos dentro e fora do império romano, formar-se como um sujeito cristão passava por uma experiência poderosa de mudança de vida, de percepção da própria realidade e do verdadeiro, cuidadosamente construída e mantida mediante “*técnicas de si*” (Foucault,

³⁸ <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,argentino-jorge-mario-bergoglio-e-o-novo-papa-da-igreja-catolica,1008202> (consultado em 11/04/2013).

³⁹ A definição de conversão encontra-se na Encíclica de João Paulo II, *Sollicitudo rei Socialis*, §38.

2001b: 1623-1632). Havia o exame por cada pessoa da adequação dos seus “pensamentos, palavras e obras” a uma vontade divina, uma confissão de erros e desvios detectados pelo exame a um mestre ou guia, o arrependimento e o compromisso público com a fé, exteriorizados por condutas em conformidade com as regras estabelecidas pelos desígnios divinos e compartilhadas pela comunidade cristã.

O cristianismo não se dedica apenas à salvação individual, mas visa a salvação de coletividades, daí a prática do compartilhamento comunitário de experiências ligadas à fé. Desde a fundação da Igreja pelo apóstolo Pedro, procurava-se unificar os povos em um projeto universalista: a salvação dos seres humanos. Não havia um povo escolhido, toda humanidade poderia ser unida pelo exemplo de Cristo e a Igreja empreendeu a busca pela conversão de todos. Até o período da Reforma Protestante, no século XVI, a Igreja Católica Romana havia enfrentado o Judaísmo da Diáspora e as “guerras santas” contra o Islã, outra religião monoteísta e de conversão como o cristianismo, sem contar a ruptura com a Igreja Católica Ortodoxa no ano 1054. Com o rompimento da unidade religiosa da Europa ocidental devido à Reforma, associada aos efeitos da expansão europeia em volta do mundo pelas navegações, uma nova estratégia de difusão da fé amadureceu institucionalmente no contexto da Contrarreforma: as missões. A conversão dos povos pela pregação pelas ruas e praças “à apostólica”, ou pelo batismo forçado de coletividades, cedeu lugar a ações coordenadas para “converter os corações” onde fossem necessárias, encabeçadas pela Companhia de Jesus, sob as ordens dos papas. “A Igreja da Contrarreforma é uma igreja que acentua os traços universalistas e assume por si as rédeas da direção da ‘conquista espiritual’” (Prosperi, 2013: 554)⁴⁰. No mundo de hoje, vivencia-se os resultados das missões e a expansão do cristianismo, reformado ou não.

⁴⁰ “Fala-se em ‘conquista espiritual’, talvez pela primeira vez num documento papal em uma proposta de Gregorio XIII a Felipe II, em 1579, no sentido de instituir nunciaturas permanentes nas ‘Índias Ocidentais’” (Idem, Ibidem).

Apesar de não ocupar a totalidade do território planetário, o discurso judaico-cristão atualiza-se no pensamento, nas condutas e em modelo de subjetivação de grande parte da humanidade como um arcabouço *universal* e sem necessidade de compromissos com alguma fé. Impregna o dia a dia da cultura, da vida política e econômica, das relações sociais e da subjetividade de grande parte dos humanos. A noção de individualismo do Ocidente tem procedências em práticas de subjetivação de base judaico-cristãs. A relação de uma ética protestante com o capitalismo consiste em uma referência muito divulgada a partir de estudos sociológicos. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão do século XVIII, tida como documento resultante de filosofias seculares e anticlericais, não se afasta da noção religiosa da “sacralidade” da pessoa humana (Cf. Joas, 2012). A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, teve uma discreta participação do núncio apostólico do Vaticano na França, Padre Angelo Roncalli, futuro Papa João XXIII (Idem, ibidem: 267-268). O modelo de Estado que se prescreve para cada nação do planeta segue as linhas fundamentais de uma democracia representativa forjada na organização política do Ocidente.

As críticas de Lynn White e outros à mentalidade cristã como causa moral da crise ecológica partiram de uma interpretação da Bíblia, contestada posteriormente pela Igreja, assim como por teólogos evangélicos (Johnston, 2013: 110-112b), e por outras correntes cristãs como os ortodoxos, com base no argumento de que o verdadeiro papel do ser humano diante da Criação seria de administração e cuidado. A partir do discurso religioso, uma ética do cuidado estendeu-se para toda sociedade como uma “espiritualidade laica”, baseada no amor (Cf. Ferry, 2011), orientando propostas de práticas de governo, de produção econômica e condutas cotidianas.

Como referência para uma “moral planetária” baseada no cuidado e no amor ao planeta e a todos seus habitantes, inicialmente esboçada na

Eco-92, foi elaborada e divulgada a *Carta da Terra* em 2000. Assumida pela UNESCO como expressão de uma nova consciência ecológica, tem sido debatida em escolas e espaços educacionais em todos os recantos. A *Carta* foi considerada um documento verdadeiramente ecumênico, mas não religioso, pois reuniu em um projeto comum católicos, budistas, estatistas, artistas, políticos, economistas, militantes ecológicos. As distinções entre os diferentes autores e consultores se dissolveram em nome de uma espiritualidade, apresentada como uma dimensão humana universal e obrigatoriamente presente em cada pessoa sem necessidade de uma identificação religiosa. Não há referência a Deus, mas a questão da transformação do comportamento inclui breve referência a uma ‘*totalidade maior*’ do que a Terra⁴¹.

O teólogo Leonardo Boff, um dos artífices do documento, encontra diversos pontos comuns entre a *Carta da Terra* e a Encíclica de Francisco. Entre eles estão: a referência ao planeta Terra como *nosso lar* (*Carta*) ou *casa comum* (*Laudato Si'*); a exigência de respeito e cuidado a todos viventes gerando uma “cultura do cuidado” amoroso; a relação intrínseca entre ecologia e a justiça social; a condenação aos padrões dominantes de consumo e de produção com base no lucro e satisfação imediata; a necessária mudança nas mentalidades e estilos de vida.

A Carta da Terra formulou uma definição de paz das mais felizes já realizadas pela reflexão humana: “a plenitude que resulta das relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, com outras culturas, com outras vidas, com a Terra e com o Todo do qual somos parte” (Princípio 16, f). Se a paz, segundo o Papa Paulo VI, é “o equilíbrio do movimento” então a encíclica diz que o “equilíbrio ecológico” deve ser “interior consigo mesmo, solidário com os outros, natural com todos os seres vivos e espiritual com Deus” (§210). O resultado desse processo é a paz perene tão ansiada pelos povos (Boff, 2015b).

⁴¹ Há um site sobre a *Carta da Terra* com muitas informações sobre o documento, instituições envolvidas e a divulgação deste no planeta. Disponível em: <http://www.earthcharterinaction.org/> (consultado em 25/07/2015).

O conteúdo da Carta reproduz diversas palavras e noções expressas nos pronunciamentos de Paulo VI e João Paulo II sobre meio ambiente, sem se comprometer, porém, com a doutrina social da Igreja ou uma teologia cristã enquanto fundamento. A *Carta da Terra* promove seus 77 princípios como uma base ética planetária para a conduta de cada um, assim como de governos, comunidades, instituições. “Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada”. Para mobilizar todos na consecução de boas conduta há um chamado a um *espírito de solidariedade*: “O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza”. O diagnóstico da “situação atual” aponta para a destruição da vida no planeta, portanto, há a necessidade de um novo começo, promessa a ser atingida desde que haja comprometimento em “adotar e promover os valores e objetivos da Carta”. E “isto requer uma mudança na mente e no coração” (*Carta da Terra, passim*).

Bento XVI comentou na encíclica *Caritas in Veritate* (2009) sobre espiritualidades plenas de “caridade”, mesmo as de origem católica, nas quais não há “compromisso com a Verdade”, ou seja, “a verdade do amor de Cristo à sociedade (*caritas in veritate in re sociali*)”, que ele considera a via mestra da doutrina social da Igreja (Bento XVI, 2009: §5). “Sem verdade, a caridade cai no sentimentalismo. O amor torna-se um invólucro vazio, que se pode encher arbitrariamente. É o risco fatal do amor numa cultura sem verdade; acaba prisioneiro das emoções e

opiniões contingentes dos indivíduos, uma palavra abusada e adulterada chegando a significar o oposto do que é realmente” (Idem, ibidem: §3).

Há uma referência de Francisco à *Carta da Terra* no último capítulo de *Laudato Si'*. Segundo o Papa, a *Carta* tinha sido um convite a um “novo começo”, um desafio para a humanidade na entrada do milênio. Entretanto, prosseguiu o Papa, “ainda não desenvolvemos uma consciência universal que torne isso possível” (Francisco, 2015: §207). Esta consciência estaria ligada à espiritualidade cristã que reconhece Deus como Criador do mundo, “consciência de que cada criatura reflete algo de Deus e tem uma mensagem para nos transmitir ou a certeza de que Cristo assumiu em Si mesmo este mundo material e agora, ressuscitado, habita no íntimo de cada ser, envolvendo-o com o seu carinho e penetrando-o como a sua luz” (Idem, ibidem: §221). *Laudato Si'* retoma a doutrina socioambiental católica, enfatiza a ecologia integral (Capítulo IV) como estratégia para se chegar à justiça, e conseqüentemente à paz, e visa uma transformação de corações e mentes mediante o comprometimento com a vontade de Deus.

Desde as comunicações de Paulo VI, para se equacionar a crise ecológica, há a insistência na necessidade de mudança de hábitos em relação à natureza e de transformação de um estilo de vida marcado pelo desperdício e por interesses egoístas e imediatos. João Paulo II explicitou essa transformação em termos de uma *conversão ecológica*. A expressão foi utilizada na citada Audiência do Papa de 17 de janeiro de 2001, dirigida a todos os preocupados em se comprometerem contra a catástrofe ecológica. A referência à audiência e ao termo *conversão ecológica* reaparece citada em vários outros documentos do Papa e da Santa Sé. Na intervenção da Santa Sé, em 2002, na Conferência de Johannesburgo, o apelo a uma conversão ecológica se dirige a todos os países membros da ONU. Em 2009, na intervenção da Santa Sé no COP de Copenhague, emprega-se a noção de conversão ecológica como

o resultado de diversos programas educacionais e outras iniciativas para a formação de “responsabilidade” visando “modelos ambientais de desenvolvimento e de gestão da Criação. Estas iniciativas já começaram a compor um mosaico de experiências e aquisições caracterizadas por uma difundida ‘conversão ecológica’” (Santa Sé, 2009).

Por sua vez, o apelo à ‘*conversão ecológica*’ de Francisco em *Laudato Si’* se dirige, primordialmente, a um destinatário mais específico: o cristão.

Desejo propor aos cristãos algumas linhas de espiritualidade ecológica que nascem das convicções da nossa fé, pois aquilo que o Evangelho nos ensina tem consequências em nosso modo de pensar, sentir e viver. Não se trata tanto de propor ideias como, sobretudo, falar das motivações que derivam da espiritualidade para alimentar uma paixão pelo cuidado do mundo. Com efeito, não é possível empenhar-se em coisas grandes apenas com doutrinas, sem uma mística que nos anima (...) temos de reconhecer eu nós cristãos nem sempre recolhemos e fizemos frutificar as riquezas dadas por Deus à Igreja, nas quais a espiritualidade não está desligada do próprio corpo, nem da natureza ou das realidades desse mundo, mas vive com elas e nelas, em comunhão com tudo o que nos rodeia (Francisco, 2015: §216).

Exige-se uma transformação de si que vai além de sensibilizações ambientais, de um sentimentalismo bem intencionado em relação à natureza ou debates sobre declarações ambientais.

Francisco, porém, não pretende convencer nenhum incrédulo a se converter; empenha-se, nesse momento, em reunir os fiéis católicos e outros cristãos enquanto verdadeiros guardiões da Criação. Ao mesmo tempo, tem a intenção de mostrar a todos os habitantes do planeta a riqueza das práticas religiosas em direção à “ecologia integral” e ao “pleno desenvolvimento do gênero humano” (Idem, *ibidem*: §62), por meio do exemplo do elo dos cristãos com a criação.

Na Encíclica, a educação para uma responsabilidade ambiental independente de alguma espiritualidade e os comportamentos resultantes

não deixam de ser elogiados como capazes de “restituir-nos o sentimento de nossa dignidade, levar-nos a uma maior profundidade existencial, permitir-nos experimentar que vale a pena a passagem por este mundo” (Francisco, 2015: §212). A conscientização sobre a gravidade da crise ecológica que documentos como a *Carta da Terra* e outros favorecem a mudança de hábitos cotidianos, estimulada pela educação ambiental, por sua vez informada pela maior conscientização e pela ciência, fatores que “espalham na sociedade um bem (...) que sempre tende a difundir-se, por vezes de modo invisível” (Idem, ibidem: §212). Ao mesmo tempo, há uma ponderação para que essa educação possa apenas criar uma “cidadania ecológica”, sem compromisso com a consolidação de hábitos sólidos (Idem, ibidem: §211), muito menos uma efetiva “mudança do coração” (Idem, ibidem §218). À educação caberia difundir novos modelos relativos ao ser humano e à natureza, independente da religião, para romper com “o modelo consumista, transmitido pelos meios de comunicação social e através dos mecanismos eficazes do mercado” (Idem, ibidem: §215).

Ao reconhecer que “uma parte da sociedade está entrando numa etapa de maior conscientização” e que “cresce uma sincera e sentida preocupação pelo que está acontecendo como nosso planeta” (Francisco, 2015: §19), Francisco recoloca a conversão como um assunto do cristianismo. “Não basta que cada um seja melhor” (Idem, ibidem: §219). A raiz humana da crise ecológica estaria no homem, que se colocou no centro do mundo e eliminou Deus, ao se imaginar ilimitado, “dando prioridade absoluta aos seus interesses contingentes e tudo o mais se torna relativo” (Idem, ibidem: §122). Para o cristão, a crise ecológica traz a necessidade de “uma profunda conversão interior” (Idem, ibidem: §217), uma reorientação efetiva da conduta consigo mesmo, com a natureza, com os outros enquanto consequência do encontro com Cristo.

Para ser duradoura, a conversão ecológica precisa ser também “comunitária”

(Francisco, 2015: §219), rompendo com uma consciência isolada, com o individualismo e a “autorreferência” (Idem, ibidem: §208), os quais consolidam a submissão ao consumismo e ao paradigma tecnoeconômico por impedirem “que se saia de si em direção ao outro” (Idem, ibidem: §208). Este “sair de si” seria o passo inicial para a conversão, sair da individualidade imposta pelo paradigma tecnocrático e econômico e pelo antropocentrismo conveniente ao mercado e ao lucro. Um estilo de vida mais ecológico para a vivência diária do cristão implica transformações e rupturas, inicialmente com o consumismo e com o desperdício.

Dentro da espiritualidade cristã, haveria também a busca por uma vida mais sóbria e por uma humildade que contenha a vontade de dominar os outros e as coisas materiais. Segundo Francisco, “a melhor maneira de colocar o ser humano no seu lugar e acabar com sua pretensão de ser dominador absoluto da terra é voltar a propor a figura de um Pai criador e único dono do mundo” (Francisco, 2015: §75). Os cristãos de todas as correntes, ao se converterem *ecologicamente*, devem “deixar emergir nas relações com o mundo que os rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus. Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial de uma existência virtuosa” (Idem, ibidem: §217). A vida mais sóbria sugerida pela conversão ecológica propicia um decréscimo do consumo e do ritmo da produção. “É insustentável o comportamento daqueles que consomem e destroem cada vez mais, enquanto outros ainda não podem viver de acordo com sua dignidade humana. (...) chegou a hora de aceitar certo decréscimo do consumo em algumas partes do mundo, fornecendo recursos para que se possa crescer de forma saudável em outras partes” (Idem, ibidem: §193). Os temas socioambientais exigem ativo posicionamento dos cristãos.

Nesse terceiro milênio, há também uma “esperança de plena comunhão eclesial” com a Igreja Cristã Ortodoxa, cujo Patriarca Bartolomeu, em

1997, declarou explicitamente que “um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um *pecado* contra Deus” (Bartolomeu, Discurso em Santa Bárbara, 08/11/1997, *apud* Francisco, 2015: §8). Em relação à Encíclica, o Patriarca manifestou satisfação por ambos, Papa e Patriarca, serem capazes de “compartilhar a preocupação e uma visão comum sobre a criação de Deus” e saudou com entusiasmo a proposta de “conversão ecológica e reconciliação com a criação” (Bartolomeu, 2015).

A conversão ecológica na realidade trata de uma *reconversão*: um chamado para que os cristãos redirecionem suas vidas já marcadas pelo cristianismo para viverem “a vocação dos guardiões da obra de Deus” (Francisco, 2015: §217). A Igreja aprimorou a Teologia da Criação e nela encontrou uma chave para que o discurso ambiental, que atravessa o planeta e seus habitantes, possibilitasse a convocação de seus fiéis a uma reconversão. “Em termos de reconciliação com a criação. (...) devemos examinar as nossas vidas e reconhecer de que modo ofendemos a criação de Deus com as nossas ações e com nossa incapacidade de agir” (Idem, *ibidem*: § 218). No terceiro milênio, as *confissões da carne* dos séculos iniciais do cristianismo se metamorfoseiam em confissões de ofensas ao corpo do planeta, criação de Deus que deveria ser guardado pelos seres humanos.

A conversão em direção a uma ecologia integral, na qual o dispositivo meio ambiente acionou tanto o combate à pobreza quanto a defesa das condições de vida no planeta, redimensiona questões como as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e propostas de desenvolvimento sustentável para a população global, levando-as para dentro do coração de cada cristão que as recebe como tarefa para cumprir a vontade de Deus. Além disso, a Igreja católica participa ativamente dos debates e decisões políticas transnacionais sobre tais temas, em ações pela paz e diálogo entre os povos, marcando-os com os valores e as práticas cristãs, e convida especialmente os fiéis a acompanhá-los nesse terceiro milênio.

Referências bibliográficas

- ACOT, Paul (1990). *História da Ecologia*. Tradução de Carlota Gomes. São Paulo: Campus.
- AQUINO, Felipe de (2007). *Quais os documentos usados pelo Papa?* Disponível em: <http://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2007/08/09/quais-os-documentos-usados-pelo-papa/> (consultado em 18/8/2015).
- BAN Ki Moon (2013). “Declaração do Secretário-Geral da ONU”. Disponível em: <http://www.onu.org.br/declaracao-do-secretario-geral-da-onu-ban-ki-moon-sobre-a-eleicao-do-papa-francisco/> (consultado em 20/03/2013).
- BARTOLOMEU, Patriarca (2015). “Patriarch Bartholomew on Pope Francis’ Climate Encyclical”. In: *Time*, 18/06/2015. Disponível em <http://time.com/3926076/pope-francis-encyclical-patriarch-bartholomew/> (consultado em 18/08/2015).
- BENTO XVI, Papa (2010). *Mensagem de sua Santidade Bento XVI para a Celebração do Dia Mundial da Paz 1 de janeiro de 2010: “Se quiseres cultivar a Paz, Preserva a Criação”*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20091208_xliii-world-day-peace.html (consultado em 18/08/2015).
- BENTO XVI, Papa (2009). *Carta Encíclica “Caritas in Veritate sobre o Desenvolvimento Humano Integral na Caridade e na Verdade”*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html (consultado em 18/08/2015).
- BOFF, Leonardo (2015a). “Ecologia integral: a grande novidade de Laudato Si’”. Entrevista de 18 de junho de 2015. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/543662-ecologia-integral-a-grande-novidade-da-laudato-si-qnem-a-onu-produziu-um-texto-desta-natureza-> (consultado em 18/08/2015).
- BOFF, Leonardo (2015b). “Afinidades entre a Encíclica e a Carta da Terra”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/544886-afinidades-entre-a-enciclica-sobre-o-cuidado-da-casa-comum-e-a-carta-da-terra-nosso-larq> (consultado em 18/08/2015).
- CARNEIRO, Beatriz (2012). “A Construção do Dispositivo meio-Ambiente”. In: *Revista Ecopolítica*, nº 4 (set-dez 2012), pp. 2-15. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13057> (consultado em 18/08/2015).
- COMISSÃO TEOLOGICA INTERNACIONAL (2004). *Comunhão e Serviço: a Pessoa Humana criada à imagem de Deus*. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20040723_communion-stewardship_po.html (consultado em 18/08/2015).
- CZERNY S.J., Padre Michael (2015). “Nem ‘eco’ nem ‘verde’, uma encíclica social”. In: *Semanário Ecclesia, Dossier Laudato Si’. Um grito de alerta*. Portugal, nº128, 18 de junho de 2015. Disponível em: <http://agencia.ecclesia.pt/semanario/revista/121/page/1/#/page/43> (consultado em 19/08/2015).
- DUBOS, René (1975). *Um Deus interior: uma filosofia prática para a mais completa realização das potencialidades humanas*. Tradução de Pinheiro de Lemos. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP.
- FERRARA, Christopher (2015). “Pope Francis’ leaked encyclical: the good and the bad”. Disponível em: <https://www.lifesitenews.com/news/pope-francis-leaked-encyclical-the-good-and-the-bad> (consultado em 19/08/2015).
- FERRY, Luc (2011). *A Revolução do amor: por uma espiritualidade laica*. Tradução de Vera Reis. São Paulo: Objetiva.
- FOUCAULT, Michel (2001a). “206-Le jeu de Michel Foucault”. In: *Dits et écrits II 1976-1988*. Paris: Gallimard Quarto, pp.298-300.
- _____ (2001b). “Le Techniques de soi. *Dits et écrits II 1976-1988*”. Paris: Gallimard Quarto, pp. 1623-1632.
- FRANCISCO, Papa (2013a). *Santa Missa Início do Ministério Petriano: Homilia do Papa Francisco*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/francesco/

- [homilies/2013/documents/papa-francesco_20130319_omelia-inizio-pontificato_po.html](#) (consultado em 22/03/2013).
- _____. (2013b). *Discurso no Encontro com o corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé*, 22 de março de 2013. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130322_corpo-diplomatico.html (consultado em 11/04/2013).
- _____. (2015). *Carta Encíclica “Laudato Si” sobre o cuidado da casa comum*. Tradução da Editora do Vaticano. São Paulo: Paulus/ Loyola.
- GAGLIARDUCCI, Andrea (2015). “Awaiting an Ecology Encyclical, Many Seek Pope Francis’ Support”. Disponível em: http://www.ncregister.com/site/print_article/44170/ (consultado em 19/08/2015).
- GIOVANELLI, Flaminia (2011). *Donna impegnata nel sociale: il carisma di Barbara Ward*. 10 de outubro 2011. Disponível em: <http://www.iustitiaetpax.va/content/dam/giustiziaepace/sottosegretariointerventi/2011/2011 BARBARA WARD ITA.pdf> (consultado em 30/07/2015).
- JOAS, Hans (2012). *A sacralidade da pessoa humana: nova genealogia dos direitos humanos*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Editora UNESP.
- JOÃO PAULO II, Papa (1979a). *Carta Encíclica “Redemptor Hominis”*. 4 de março de 1979. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html (consultado em 30/07/2015).
- _____. (1979b) “Bula Inter Sanctos para la Proclamación de San Francisco de Asís como Patrono de la Ecología”. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/apost_letters/1979/documents/hf_jp-ii_apl_19791129_inter-sanctos.html (consultado em 20/06/2015).
- _____. (1985). “Visita do Santo Padre Juan Pablo II al Centro de las Naciones Unidas, Nairobi, Quenia, 1985”. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/speeches/1985/august/documents/hf_jp-ii_spe_19850818_centro-nazioni-unite.html (consultado em 30/07/2015).
- _____. (1987). *Carta Encíclica “Sollicitudo rei socialis” do Sumo Pontífice João Paulo II pelo vigésimo aniversário da Encíclica “Populorum progressio”*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html (consultado em: 30/07/2015).
- _____. (1990). *Paz com Deus criador; paz com toda a criação*. 1 de janeiro de 1990. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html (consultado em: 30/07/2015).
- _____. (1991). *Carta Encíclica “Centesimus Annum” do Sumo Pontífice João Paulo II aos veneráveis irmãos do episcopado, ao clero, às famílias religiosas, aos fiéis da Igreja Católica e a todos os homens de boa vontade no centenário da Rerum Novarum*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html#_ftn76 (consultado em: 10/04/2013).
- _____. (2001). *O compromisso para afastar a catástrofe ecológica*. Audiência de 17 de janeiro de 2001. Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/2001/documents/hf_jp-ii_aud_20010117.html (consultado em: 10/04/2013).
- JOÃO PAULO II, Papa; BARTOLOMEU I, Patriarca Ecumênico. *Declaração Conjunta de João Paulo II e do Patriarca Ecumênico Bartolomeu I (Declaração de Veneza)*. 10 de junho de 2002 Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/june/documents/hf_jp-ii_spe_20020610_venice-declaration.html (consultado em 30/07/2015).
- JOHNSTON, Lucas F. (2013). *Religion and Sustainability: social movements and the politics of the environment*. Bristol: Routledge.
- KOENIG-BRICKER, Woodeene (2009). *Ten Commandments for the Environment*. Norte Dame, Indiana: Ave Maria Press.

- MARTINO, Acebispo Renato (1992). *Statement at the Plenary Session of the United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, 1992*. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/diplomazia-multilaterale/conf-onu/documents/rc_seg-st_19920604_martino-ambiente_en.html (consultado em: 30/07/2015).
- McCORMICK, John (1992). *Rumo ao Paraíso. A História do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha & Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MEADOWS, D. et al. (1972). *The limits to growth. a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books.
- MOSS, Candida (2013). "A coming American schism over Pope Francis?". *The daily beast*. 20 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.thedailybeast.com/articles/2013/09/20/a-coming-american-schism-over-pope-francis.html> (consultado em 18/08/2015).
- PAULO VI, Papa (1967). *Carta Encíclica "Populorum Progreso"*. 26 de março de 1967. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html (consultado em 18/08/2015).
- _____ (1968). *Carta Encíclica "Humanae Vitae"*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae_po.html (consultado em: 18/08/2015).
- _____ (1971). *Carta Apostólica "Octogesima adveniens"*. 14 de maio de 1971. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens_po.html (consultado em: 18/08/2015).
- _____ (1977). "Message of the Holy Father Paul VI for the Fifth world-wide Day of Environment". 5 de junho de 1977. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/en/messages/pont-messages/documents/hf_p-vi_mess_19770605_world-day-ambiente.html (consultado em: 18/08/2015).
- PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ (2004). *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html (consultado em 29/07/2015).
- PROSPERI, Adriano (2013). *Tribunais da Consciência: Inquisidores, Confessores, Missionários*. Tradução de Homero Freitas de Andrade. São Paulo: EDUSP.
- RIEDMATTEN, P. Henri de (1972). "Intervention à la Conférence internationale des Nations Unies sur l'environnement". 7 de junho de 1972. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/diplomazia-multilaterale/conf-internaz/documents/rc_seg-st_19720607_riedmatten-ambiente_fr.html (consultado em 30/07/2015).
- SANTA SÉ (2002a). *Intervenção do chefe da delegação da Santa Sé no Encontro Mundial de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável*. 2 de setembro de 2002. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_doc_20020902_martino-johannesburg_po.html (consultado em 30/07/2015).
- _____ (2002b). *Intervenção conclusiva do chefe da delegação pontifícia a propósito do plano de ação do Encontro mundial sobre o desenvolvimento sustentável*. 4 de setembro de 2002. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_doc_20020904_martino-development_po.html (consultado em 30/07/2015).
- _____ (2009). *Intervenção da Santa Sé na Plenária do Segmento de Alto Nível da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - Discurso de Mons. Celestino Migliore..* Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/2009/documents/rc_seg-st_20091217_migliore-copenhagen_po.html (consultado em 30/07/2015).

SILECCHIA, Lucia (2004). “Environmental Ethics from the Perspective of NEPA and Catholic Social Teaching: Ecological Guidance for the 21st Century”. In: *William & Mary Environmental, Law and Policy Review*, v. 28, n. 3, pp. 659-798.

_____ (2007) “Discerning the environmental perspective of Pope Benedict XVI”. In: *Journal of Catholic Social Thought*. Disponível em: [https://www.pdcnet.org/852574CE006B99DF/file/A034B82F35ABF2108525756E007064B3/\\$FILE/jcathsoc_2007_0004_0002_0031_0073.pdf](https://www.pdcnet.org/852574CE006B99DF/file/A034B82F35ABF2108525756E007064B3/$FILE/jcathsoc_2007_0004_0002_0031_0073.pdf) (consultado em 30/07/2015).

_____ (2008). “The preferential Option for the Poor: an opportunity and a challenge for Environmental Decision-making”. In: *University of St. Thomas Law Journal*, vol. 5: Iss. I, Article 6. Disponível em: <http://ir.stthomas.edu/ustlj/vol5/iss1/6> (consultado em 30/07/2015).

UNISINO (2015a) “Revista publica a íntegra da nova Encíclica: primeiras reações”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543563-qlaudato-siqrevista-italiana-publica-a-integra-da-nova-enciclica> (consultado em: 18/08/2015)

_____ (2015b) “*Laudato Si*” uma encíclica esperada, antecipada e discutida”. 26 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543955-laudato-si-uma-enciclica-esperada-antecipada-e-discutida>

VALLELY, Paul (2015). *How Pope Francis astutely pre-empted the criticisms of US conservatives over his eco-encyclical Laudato Si*. Disponível em: <http://paulvallely.com/archive/?p=8367> (consultado em 20/08/2015).

WARD, Barbara (1972). “Statement at the 108th plenary Session” (UNTAD III). 12 de maio de 1972. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia//secretariat_state/diplomazia-multilaterali/1-onu-as-gen/programmes-funds/unctad/documents/re_seg-st_19720512_ward_en.html (consultado em 30/07/2015).

WARD, Barbara; DUBOS, René (1972). *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. Tradução de Antonio Lamberti. São Paulo: Edusp / Melhoramentos / Edgard Blücher.

WATTS, William (1972). “Foreword”. In: MEADOWS, D. et al.. *The limits to growth. a report for the Club of Rome’s project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books.

WHITE JR., Lynn (2007). “Raíces históricas de nuestra crisis ecológica. In: *Revista Ambiente y Desarrollo*, 23(1). Chile. Disponível em: <http://www.uesb.br/labtece/artigos/Ra%C3%ADces%20hist%C3%B3ricas%20de%20nuestra%20crisis%20ecol%C3%B3gica%20-%20Lynn%20White%20Jr..pdf> (consultado em 18/08/2015).

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (1987). *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (1968). *Research into Environmental Pollution*. Technical Report Series n° 406. Genebra: WHO.